



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

São João del-Rei- MG
Maio de 2009

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI – UFSJ
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEAD

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Este projeto foi elaborado por:

Profª Drª. Eliane Moreira Sá de Souza – UFG
Coordenadora
Profª Drª Neiva de Araújo Marques – UFMT
Prof. MSc. Oreste Preti – UFMT
Prof. Dr. Paulo Guedes – UFBA

E adaptado para atendimento ao do EDITAL Nº 01, DE 27 DE ABRIL DE 2009 PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO ÂMBITO DO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL / Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES por:

Profª Drª Maria do Carmo Santos Neta – NEAD/UFSJ
Profª Drª. Marise Maria Santana da Rocha – NEAD/UFSJ
Murilo Haddad – Coordenador de Tecnologia – NEAD/UFSJ
Prof. Dr. Sálvio de Macedo Silva – NEAD/UFSJ

São João del-Rei - MG
Maio de 2009

SUMÁRIO

1. Dados de Identificação do Curso	04
2. Introdução	05
3. Caracterização Regional	08
4. Integração e Articulação da Educação a Distância da UFSJ ao Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB	14
5. Aspectos Institucionais	17
6. Concepção do Curso Administração Pública – EaD	21
7. Estrutura Administrativo-Pedagógica	37
8. Infraestrutura e Processo de Gestão Acadêmico-Administrativa	43
9. Avaliação Institucional e Avaliação da Aprendizagem	51
10. Processo de Comunicação-interação entre os Participantes	56
Anexo 1 – Fluxo dos Módulos e Disciplinas.	57
Anexo 2 – Ementário	58
Anexo 3 – Corpo Docente que Participa do Curso	92
Anexo 4 – Regimento de Estágio	95
Anexo 5 – Disciplinas Eletivas	96

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

a) Nome do Curso:

Nome do Curso: BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

Área de Conhecimento - 6.02.00.00-6 Administração

Área de Concentração: - 6.02.02.00-9 Administração Pública

Modalidade do Curso: a distância

b) Proponente:

Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ

Núcleo de Educação a Distância – NEAD

c) Público-Alvo:

Concluintes do segundo grau, que residam nas regiões dos municípios Pólos de Apoio Presencial do Curso de Administração Pública da UAB, selecionados por meio de processo seletivo de ingresso na UFSJ.

d) Número de Vagas:

Serão ofertadas até 300 vagas, distribuídas em 6 Pólos de Apoio Presencial do Curso em Minas Gerais e São Paulo, com abrangência aos municípios circunvizinhos:

1. Pólo de São João del-Rei
2. Pólo de Sete Lagoas
3. Pólo de Itamonte
4. Polo de Serrana
5. Pólo de Votorantim
6. Pólo de Franca

e) Forma de Ingresso:

Processo Seletivo Vestibular da UFSJ

f) Duração do Curso:

Mínimo 8 e máximo 11 semestres para integralização curricular.

g) Previsão para início das atividades:

Primeiro semestre de 2010

h) Coordenador:

Sálvio de Macedo Silva

Titulação: Doutor

Regime de contratação do coordenador do curso: Dedicção Exclusiva

Professor Adjunto I -DE- Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ

Graduado e Mestre em Administração (UFLA), Doutor em Desenvolvimento Sustentável (UNB). Professor universitário desde 06/1998.

Endereço profissional:

Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis – DECAC

Campus CETAN Avenida Visconde do Rio Preto – Bengo S/N

CEP 36600-000 – São João del-Rei – MG - Brasil

E-mail: salvio.macedo@gmail.com

Telefones: (32) 3379-2362 – 3379-2355 – 3379-2613.

2. INTRODUÇÃO

O Projeto Universidade Aberta do Brasil – UAB foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, em caráter experimental, visando sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e fomento dos cursos da UAB, e conseqüentemente, a democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério de Educação, por meio da Secretaria de Educação a Distância – SEED, estimula a oferta do curso de Administração Pública na modalidade a distância, operacionalizado pelas Instituições Públicas de Ensino Superior, de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso Bacharelado em Administração Pública vem ao encontro das necessidades das organizações públicas contemporâneas, que buscam gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera regional, nacional e internacional, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos da nação.

Para atender a demanda pela formação superior de gestores públicos no Estado de Minas Gerais, incluindo seus mais distantes municípios, a UFSJ oferta o curso de Administração Pública na modalidade a distância (EaD), como forma eficaz para ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo assim sua missão e colaborando com o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O projeto pedagógico do curso está pautado na observância aos dispositivos legais e dispositivos regimentares Institucionais, entre eles:

- ▶ *LDB* – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20.12.1996);
- ▶ *DCN* – Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração, Bacharelado (Resolução CNE/CES nº 4 de 13.07.2005);
- ▶ *SINAES* – Dispositivos legais e orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior;
- ▶ Estatuto da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ;
- ▶ Regimento da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ;
- ▶ Resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONEP;
- ▶ Regimento do Núcleo de Educação a Distância – NEAD.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Administração – Bacharelado estabelecem uma estrutura mínima para o projeto pedagógico do curso, contemplando os elementos estruturais abaixo, os quais integram este projeto:

- I. objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;
- II. condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- III. cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- IV. formas de realização da interdisciplinaridade;
- V. modos de integração entre teoria e prática;
- VI. formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII. modos de integração entre graduação e pós-graduação;
- VIII. incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;

- IX. concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização;
- X. concepção e composição das atividades complementares;
- XI. inclusão de trabalho de conclusão de curso sob as modalidades monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades, centrados em campo teórico-prático ou de formação profissional; e
- XII. especificação de cursos de pós-graduação *lato-sensu* e *stricto-sensu*, caracterizando a educação continuada.

O Curso de Administração Pública será ofertado na modalidade a distância. É importante compreender que a Educação a Distância (EaD) não pode ser reduzida a questões metodológicas, ou à simples gestão acadêmico-administrativa, ou como possibilidade apenas de emprego de Novas Tecnologias da Comunicação (NTCs) na prática docente e no processo formativo dos estudantes.

Não existe uma metodologia de Educação a Distância (EaD) e, menos ainda, um “modelo” único na oferta de cursos a distância. Cada instituição, ao longo desses anos, vem construindo sua experiência em EaD e se ajustando à modalidade, dando-lhe identidade, calcada na realidade local e na trajetória da instituição e dos profissionais que atuam na EaD.

3. CARACTERIZAÇÃO REGIONAL

A Inserção da UFSJ em seu Contexto Regional e Cidades Pólo de Apoio Presencial UAB

A UFSJ tem um impacto significativo em Minas Gerais. Essa Mesorregião é composta por três Microrregiões: a Microrregião homogênea de São João Del Rei, mais duas Microrregiões, a Microrregião de Barbacena e Microrregião de Lavras, segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 23 de maio de 1990, para Minas Gerais.

A Mesorregião Campo das Vertentes está localizada no sudeste mineiro, reunindo 36 municípios e possui uma população de 540.758 habitantes segundo o Censo Demográfico de 01/07/2005 do IBGE.

Outra área de influência é a Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte que é composta pela Microrregião de Conselheiro Lafaiete. Essa Microrregião reúne 12 municípios e possui uma população de 235.440 habitantes.

A sede microrregional, São João Del Rei, dista 185km de Belo Horizonte, 480km de São Paulo, 330km do Rio de Janeiro e 930km de Brasília.

Na Microrregião de São João Del Rei, o centro das atenções está na posição histórica da maioria dos seus municípios, uma vez que foram marcados pela corrida ao ouro e às pedras preciosas, principalmente, no século XVIII, em Minas Gerais. A Microrregião foi palco do nascimento da Inconfidência Mineira, de conflitos como a Guerra dos Emboabas, por volta de 1707-1709, e de toda uma efervescência, cultural, econômica e social que se deu em razão destes fatos históricos e que influencia até hoje, o *modus vivendi* microrregional.

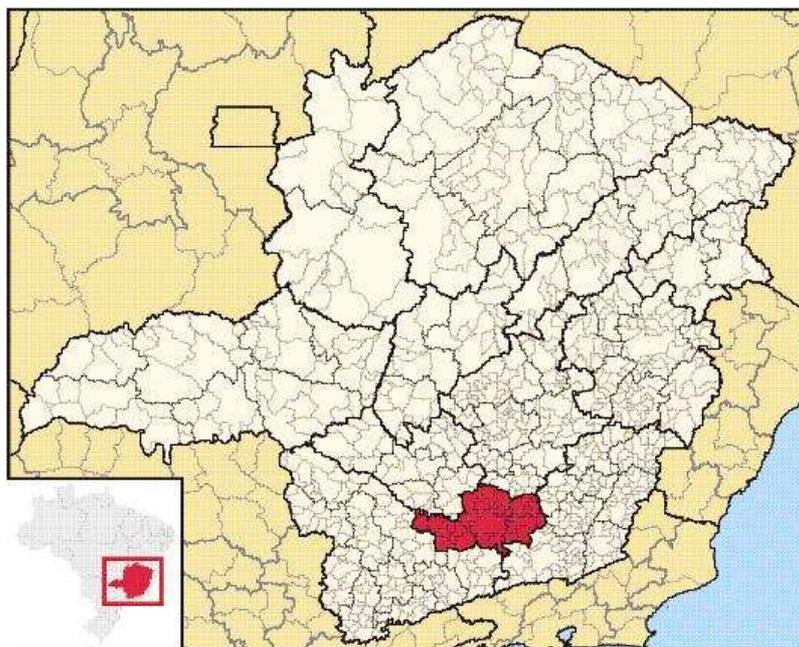
A atual Tiradentes, Vila São José no passado, teve iniciada a povoação por volta de 1702, enquanto a São João Del Rei é atribuída a data de 17/04/1705. Não é dado a

Tiradentes um importante registro cultural no período inicial da sua história, mas, a grande repercussão se deu no movimento da Inconfidência Mineira.

Do mesmo modo, a cidade de Prados pertenceu a Vila São José de 1718 a 1891, quando passou a município autônomo. A cidade sempre se destacou na área cultural, sobretudo, no campo da música, tendo como exemplo, a Corporação Banda-Lira Ceciliana que foi fundada em 1858 e, até hoje, mantém orquestra sacra, banda de música e coral.

A Mesorregião Campo das Vertentes é composta por três Microrregiões: a Microrregião homogênea de São João del-Rei, mais duas Microrregiões, a Microrregião de Barbacena e Microrregião de Lavras, segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 23 de maio de 1990, para Minas Gerais. A Mesorregião Campo das Vertentes está localizada no sudeste mineiro, reunindo 36 municípios e possui uma população de 540.758 habitantes segundo o Censo Demográfico de 01/07/2005 do IBGE.

Outra área de influência é a Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte que é composta pela Microrregião de Conselheiro Lafaiete. Essa Microrregião reúne 12 municípios e possui uma população de 235.440 habitantes, conforme Tabela 1.



**Tabela 1 - Microrregiões sob Influência da UFSJ
na Mesorregião de Belo Horizonte e na Mesorregião do Campo das Vertentes**

MICRORREGIÃO	CIDADE	POPULAÇÃO
Conselheiro Lafaiete		
	Casa Grande	2.371
	Catas Altas da Noruega	3.231
	Congonhas	44.947
	Conselheiro Lafaiete	111.467
	Cristiano Ottoni	5.338
	Desterro de Entre Rios	6.796
	Entre Rios de Minas	13.652
	Itaverava	6.417
	Ouro Branco	32.237
	Queluzito	1.830
	Santana dos Montes	3.819
	São Brás do Suaçuí	3.335
Barbacena		
	Alfredo Vasconcelos	5.275
	Antônio Carlos	11.533
	Barbacena	123.005
	Barroso	19.202
	Capela Nova	4.854
	Caranaíba	3.489
	Carandaí	22.450
	Desterro do Melo	3.014
	Ibertioga	5.319
	Ressaquinha	4.557
	Santa Bárbara do Tugúrio	4.538
	Senhora dos Remédios	10.211
Lavras		
	Carrancas	3.485
	Ijací	5.434
	Ingáí	2.554
	Itumirim	6.556
	Itutinga	4.037
	Lavras	86.841
	Luminárias	5.663
	Nepomuceno	25.294
	Ribeirão Vermelho	3.625
São João del-Rei		
	Conceição da Barra de Minas	4.098
	Coronel Xavier Chaves	3.308
	Dores de Campos	9.034
	Lagoa Dourada	12.343

	Madre de Deus de Minas	5.212
	Nazareno	7.440
	Piedade do Rio Grande	5.081
	Prados	7.911
	Resende Costa	10.731
	Ritópolis	5.216
	Santa Cruz de Minas	7.910
	Santana do Garambéu	2.124
	São João del-Rei	82.293
	São Tiago	10.623
	Tiradentes	6.498

Dados IBGE em 01/07/05

Microrregião de São João del-Rei

A Microrregião foi ocupada em decorrência das bandeiras, empreendidas por portugueses e bandeirantes paulistas. Nota-se na origem dos municípios que compõem a região a quase predominância desta decorrência. O acervo histórico desperta um interesse pela Microrregião e resulta em um fenômeno da sociedade moderna, o turismo, que se faz presente em alguns dos municípios da Microrregião de São João del-Rei.

No área da economia e finanças, a primeira atividade determinante e que originou a formação aglomerada – arraiais, povoados e vilas, foi o empreendimento da cata do ouro e de pedras preciosas. Durante um século esta atividade sustentou a povoação e o conseqüente crescimento populacional, bem como as manifestações, políticas, sociais e culturais. Esta atividade é tipificada pelo aspecto temporário, em razão da exaustão. Com o esgotamento das minas a atividade agropecuária é que vai ter maior relevância.

A atividade agropecuária é caracterizada, basicamente, pela agricultura de subsistência, com pequenos excedentes para comercialização e pela criação de gado leiteiro, com produção de laticínios, bem como de equinos das raças campolina e mangalarga. Predomina até os dias atuais, a propriedade de pequeno porte que, em média, não chega a 48 ha. Apenas o Município de Madre de Deus de Minas apresenta propriedades com uma média acima de 105 ha. Por outro lado, o município de Lagoa Dourada apresenta o maior número de estabelecimentos rurais da Microrregião, superando o município de São João del-Rei, que possui duas vezes a área em ha, destinada para os

estabelecimentos rurais. Isto faz com que Lagoa Dourada tenha a menor média em ha para os estabelecimentos rurais.

A Microrregião tem apresentado uma diminuição na força de trabalho na atividade rural, contra um crescimento da atividade urbana. A representatividade da população rural na população total é de decréscimo, na ordem de 2.71% , no período de 1991 a 1998. Segundo pode ser depreendido de dados do IBGE, Censo Demográfico de Minas Gerais, 1970 e 1980, na maioria dos municípios, tem-se, até a década de 70, próximo de 40% da População Economicamente Ativa – PEA, vivendo das atividades primárias da agricultura e da pecuária. A produção agropecuária, no entanto, vai ser determinante, praticamente, como subsistência no meio rural. Nas cidades fora da sede microrregional, São João del-Rei, as pequenas indústrias, basicamente impulsionadas pelos integrantes familiares e para atendimento à clientela local vão ser determinantes até os vinte anos próximos ao encerramento do século XX.

Entre as atividades industriais desenvolvidas na região, encontram-se a produção de cimento e ferro-ligas, mineração e atividade manufatureira. Diversas ações vêm sendo empreendidas visando ao estímulo da atividade turística, já em pleno desenvolvimento em cidades como Tiradentes, Prados e Resende Costa. A tipicidade econômica da região, onde prevalece o pequeno negócio, seu conservadorismo administrativo e sua tradição cultural requerem uma parceria no sentido da modernização e inovação, configurando-se aí, portanto, um grande desafio para uma universidade que se queira integrar à comunidade.

A arquitetura, a pintura e a escultura produzidas na região colocam a cidade em posição de destaque no cenário cultural brasileiro. Também a literatura e o teatro exerceram importante papel na formação cultural de São João del-Rei, tendo a cidade exibido, nos séculos XVIII e XIX, importantes casas de espetáculos, recebido grandes companhias e produzido uma rica dramaturgia, a exemplo do Clube Teatral Arthur Azevedo e seu rico acervo documental. A música, por sua vez, representa hoje uma marca importantíssima da cidade. A sobrevivência de dois grupos musicais, orquestras entre as mais antigas das Américas ainda em atividade, demonstra a vocação da região, proporcionadora de um precioso acervo musicológico, representante do chamado “barroco mineiro”. Também em Tiradentes e Prados encontram-se grupos musicais antigos e acervos valiosíssimos.

A cidade de Sete Lagoas – MG está localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Sua população segundo o censo de 2000 é de 184.286 habitantes. As principais atividades econômicas desenvolvidas são a indústria siderúrgica, cerâmica têxtil e de auto-peças.

A cidade de Itamonte – MG está localizada na Região Sul do Estado de Minas Gerais e fica distante 430 Km da capital Belo Horizonte. Sua população estimada no ano de 2005 é de 13.557 habitantes. Suas principais atividades econômicas são a indústria do vestuário, indústria alimentícia e a agropecuária.

A cidade de Franca – SP está localizada na Região Nordeste do Estado de São Paulo estando distante aproximadamente 400 Km da capital São Paulo, sua população é de 287.400 habitantes segundo o censo de 2000. Suas principais atividades econômicas são a manufatura de do setor calçadista, o setor de confecções e o setor gráfico.

A cidade de Votorantim – SP está localizada na região sudoeste do Estado de São Paulo e fica distante aproximadamente 100 Km da capital do Estado. A sua população estimada no ano de 2006 era de 107.000 habitantes. Suas principais atividades econômicas são relacionadas a produção têxtil, de celulose e embalagens.

A cidade de Serrana – SP está localizada na região Centro Norte Paulista e fica distante aproximadamente 315Km da capital do Estado de São Paulo. Sua população estimada em 2008 pelo IBGE é de 38.956 habitantes. As atividades econômicas do município que mais se destacam são: a lavoura de cana-de-açúcar a prestação de serviços, as indústrias de usinagem e implementos agroindustriais e o comércio.

4. INTEGRAÇÃO E ARTICULAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UFSJ AO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB

4.1 BREVE HISTÓRICO DA UFSJ

No ano de 2007, foi criado o Núcleo de Educação à Distância da UFSJ – NEAD –, institucionalizando e materializando um processo que se iniciou com a adesão ao Consórcio Pró-Formar, em 2004 (junto às Universidades Federal de Lavras, Federal de Mato Grosso, Federal de Ouro Preto, do Estado de Mato Grosso, Federal de Mato Grosso do Sul e Federal do Espírito Santo) e culminou com o credenciamento da UFSJ na Universidade Aberta do Brasil – UAB. O NEAD – UFSJ já oferece cursos de pós-graduação *lato sensu* (Educação Empreendedora e Prática de Letramento e Alfabetização) para quatro pólos: Campos Gerais, Ilícinea, São João del-Rei e Santa Rita de Caldas, e possibilita o desenvolvimento de novos suportes e tecnologias educacionais.

O envolvimento da UFSJ com EAD dá-se, em caráter institucional, com sua participação no Consórcio Pro-Formar que expressa a culminância de parcerias institucionais entre UFMT, UFOP, UNEMAT, UFMS, UFJF, UFLA e UFES, no oferecimento de cursos a distância de formação de professores. Essa experiência tem demonstrado que o trabalho cooperativo possibilita novas incursões e fortalece vínculos interinstitucionais, viabilizando experiências significativas e o desenvolvimento de competências relacionadas às novas tecnologias da informação e comunicação.

Neste contexto, o Núcleo de Educação a Distância – NEAD, da UFSJ, tem como objetivos:

1. Implantação de uma cultura de Educação a Distância na UFSJ e na comunidade, projetando, implementando e gerenciando os recursos necessários ao processo de ensino-aprendizagem não presencial;

2. Capacitação de docentes e técnicos- administrativos da UFSJ para atuação em EAD;
3. Oferecimento de cursos de extensão e outras atividades formativas de graduação e pós- graduação *lato sensu e strito sensu* utilizando metodologia da EAD, para atendimento à linha de educação continuada.
4. Desenvolvimento de propostas pedagógicas, no âmbito de programas experimentais, que venham atender zonas urbanas e rurais.
5. Realização de pesquisas dirigidas à utilização de novas tecnologias para o processo de educação profissional.

A UFSJ pretende adotar as seguintes diretrizes básicas para nortear as suas atividades no campo da Educação Aberta e a Distância:

1. Promoção de ações que visem à democratização do acesso de todos à educação.
2. Garantia de continuidade e melhorias na criação, aperfeiçoamento, divulgação de conhecimentos culturais, científicos, tecnológicos e profissionais que contribuam para superar os problemas regionais, nacionais e internacionais e para o desenvolvimento sustentável dos seres humanos, sem exclusões, nas comunidades e ambientes em que vivem.
3. Conquista da redução da exclusão social mediante ações concretas de práticas educativas.
4. Diminuição das barreiras geográficas de espaço e tempo, em que a universidade vá até o aluno que não pode vir até ela a partir do uso das tecnologias como possibilidade de uma nova concepção de Educação.
5. Desenvolvimento de programas que estejam em sintonia com as necessidades do mercado através de parcerias com empresas locais, regionais e nacionais.

O curso Bacharelado em Administração Pública - modalidade a distância da UFSJ está planejado para ser ofertado em 6 Pólos de Apoio Presencial, conforme quadro abaixo:

Município Pólo		Nº de vagas
1	São João del-Rei	50
2	Sete Lagoas	50
3	Serrana	50
4	Itamonte	50
5	Franca	50
6	Votorantim	50
TOTAL		300

5. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

Breve Histórico da UFSJ

A Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ - do ponto de vista histórico, originou-se das três instituições de ensino superior aqui existentes na década de 1980, Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis e Faculdade de Engenharia Industrial. É num contexto de resgate histórico que nasce a Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei - FUNREI, após a assinatura da lei nº 7.555 de 18 de dezembro de 1986 pelo então Presidente José Sarney. Finalmente, em 19 de abril de 2002, a instituição é transformada em Universidade Federal, lei 10.425.

A UFSJ conta hoje com cinco *campi* além de um Centro Cultural “Solar da Baronesa”. Três desses *campi* estão localizados em São João del-Rei, são eles: *Campus* Santo Antônio, *Campus* Dom Bosco e *Campus* Tancredo Neves além do Centro Cultural “Solar da Baronesa”. Em 2007, a UFSJ adquiriu os dois *campi*, o *Campus* Alto Paraopeba, situado na região dos municípios de Congonhas, Ouro Branco e Conselheiro Lafaiete, e o *Campus* no município de Divinópolis. O *Campus* Alto Paraopeba funcionará em um conjunto de prédios cedidos pela *Gerdau Açominas*, destinado a um centro de alta tecnologia, com cinco cursos de engenharia – Bioprocessos, Civil com ênfase em estruturas metálicas, Mecatrônica, Química e Telecomunicações E o *Campus* Divinópolis que ocupará instalações prédios e hospital cedidos pela Prefeitura Municipal, para a implementação dos cursos de Bioquímica, Enfermagem, Farmácia e Medicina.

Para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, a UFSJ conta com um quadro de 214 docentes efetivos (218 vagas e 214 preenchidas) e 236 técnico-administrativos (posição em fevereiro de 2008). Para o *Campus* Alto Paraopeba que atenderá a 2.500 alunos, já está pactuada com a SESU/MEC a contratação de 125 docentes em dedicação exclusiva e 55 técnicos administrativos, quando de sua plena implantação. Para o *Campus* Divinópolis, que atenderá a 2.000 alunos, está pactuada a contratação de 144 docentes em dedicação exclusiva e 77 técnicos administrativos, quando também de sua plena implantação.



O alto padrão de formação de seu quadro profissional aliado à oferta majoritária de cursos noturnos faz da UFSJ uma instituição pública de alta qualidade e destacadamente inclusiva.

A UFSJ possui 29 cursos de graduação, sendo 4 deles oferecidos em regime integral e noturno: 1. Administração integral; 2. Administração noturno; 3. Ciências Biológicas noturno; 4. Ciências Contábeis noturno; 5. Ciências Econômicas noturno; 6. Educação Física integral; 7. Engenharia Industrial Elétrica integral; 8. Engenharia Industrial Elétrica noturno; 9. Engenharia Industrial Mecânica integral; 10. Engenharia Industrial Mecânica noturno; 11. Filosofia noturno; 12. Física noturno; 13. História noturno; 14. Letras noturno; 15. Matemática noturno; 16. Música integral; 17. Pedagogia noturno; 18. Psicologia integral; 19. Psicologia noturno; 20. Química noturno. O *Campus do Alto Paraopeba* destinado a um centro de alta tecnologia, conta com 5 cursos de engenharia: Bioprocessos, Civil com ênfase em estruturas metálicas, Mecatrônica, Química e Telecomunicações. O *Campus Divinópolis* com os 4 cursos: de Bioquímica, Enfermagem, Farmácia e Medicina.

Na pós-graduação *stricto sensu* já funcionam o Mestrado Multidisciplinar em Física, Química e Neurociência e o Mestrado de Letras - Teoria Literária e Crítica da Cultura. Em 2008, iniciam-se quatro novos programas de mestrado, aprovados pela CAPES: Engenharia de Energia, Psicologia, Educação e História, além de projetos *lato sensu*. em Administração e Economia.

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI, instituída pela Lei 7555, de 18 de dezembro de 1986, como Fundação de Ensino Superior e transformada em Universidade pela Lei 10.425, de 19 de abril de 2002, é pessoa jurídica de direito público, com financiamento pelo Poder Público, vinculada ao Ministério da Educação, que tem sede e foro na cidade de São João del-Rei, Estado de Minas Gerais.

A Universidade Federal de São João del-Rei é regida pelos seguintes princípios:

- I. ética;
- II. gestão democrática;

- III. natureza pública e gratuita do ensino, sob responsabilidade da União;
- IV. liberdade e excelência de ensino, pesquisa e extensão, bem como difusão e socialização crítica do saber, sem discriminação de qualquer natureza;
- V. pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- VI. universalidade e interdisciplinaridade do conhecimento;
- VII. indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- VIII. respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos;
- IX. exercício da justiça e bem estar do ser humano;
- X. transparência nas ações institucionais;
- XI. valorização dos profissionais da educação;
- XII. desenvolvimento cultural, científico, artístico, tecnológico, social e econômico da região, do estado e do país;
- XIII. compromisso com a solidariedade entre os povos, com a defesa dos direitos humanos e com a preservação do meio ambiente.

São finalidades da Universidade Federal de São João del-Rei a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, de forma indissociável entre si e integrados na educação do cidadão, na formação científica e técnico-profissional, na difusão da cultura e na produção filosófica, artística, científica e tecnológica.

Art. 5º São objetivos da UFSJ:

- I. estimular o desenvolvimento do espírito científico e da reflexão crítica;
- II. incentivar a pesquisa científica e tecnológica e a produção cultural;
- III. promover ampla divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos, tanto aqueles que constituem patrimônio da humanidade, quanto os produzidos pela Universidade Federal de São João del-Rei;
- IV. incentivar o permanente aperfeiçoamento científico, cultural e profissional.

Art. 6º Para alcançar seus objetivos a UFSJ se propõe a:

- I. formar e colaborar na formação contínua de diplomados, nas diferentes áreas do conhecimento, de tal modo a se tornarem aptos para a inserção no mundo do trabalho e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira;

- II. estudar os problemas do mundo contemporâneo, em particular os nacionais e regionais, com o propósito de contribuir para a busca de soluções para os mesmos;
- III. estabelecer com a comunidade uma relação de reciprocidade, através da qual a Universidade coloque ao alcance dela, por meio de cursos e serviços especializados, a técnica, a cultura e os resultados das pesquisas que realizar;
- IV. ampliar e fortalecer os vínculos da Universidade com instituições de Educação Básica, sobretudo as públicas;
- V. ampliar e fortalecer a rede de tecnologias de informação e de comunicação da Universidade e facilitar o acesso a ela por parte da comunidade interna e externa, na forma da lei;
- VI. aperfeiçoar a cultura de avaliação e de prestação de contas de suas atividades à comunidade interna e externa

6. CONCEPÇÃO DO CURSO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – EAD

O Curso de Bacharelado em Administração Pública na modalidade a distância atende ao EDITAL Nº 01, DE 27 DE ABRIL DE 2009 da Fundação CAPES, que se refere ao Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB.

O Bacharelado em Administração Pública na modalidade a distância representa a união de duas importantes instâncias da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ: O Núcleo de Educação a Distância – NEAD e o Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis - DECAC.

O Núcleo de Educação a Distância – NEAD atualmente conta com aproximadamente 3.000 alunos matriculados e um conjunto de 40 docentes atuantes no desenvolvimento de suas ações que compreendem dentre outras atividades o desenvolvimento dos cursos de especialização em Educação Matemática; Educação Empreendedora; Práticas de Letramento e Alfabetização, e Dependência Química.

O Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis – DECAC desenvolve há 20 anos o curso de Administração de Empresas e por 11 anos um conjunto de Especializações nas áreas de Finanças, Controladoria, Gestão Ambiental, Empreendedorismo, Logística, Gestão Ambiental e Social, Marketing, e Perícia Contábil. O DECAC que contribui com a parcela majoritária dos docentes do Bacharelado em Administração Pública conta atualmente com 11 professores doutores, 6 doutorandos e 3 mestres.

Pretende-se desta forma unir as experiências exitosas do NEAD e do DECAC de forma que possam difundir, na modalidade de educação a distância, o conhecimento da ciência da administração pública para a população que necessita deste tipo de acesso a educação.

Este curso conta com a participação de professores dos seguintes departamentos e setores da UFSJ: Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis, Departamento de Ciências Sociais, Departamento de Matemática Estatística e Ciências da Computação, Serviço Médico.

6.1. DIRETRIZES METODOLÓGICAS PARA FORMAÇÃO DO CURSO

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- I. Nortear a concepção, a criação e a produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma que contemplem e integrem os tipos de saberes que hoje são reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e os princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, as práticas e os fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;
- II. Promover permanente instrumentalização dos recursos humanos envolvidos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o desenvolvimento do pensamento autônomo, da curiosidade e da criatividade;
- III. Selecionar temas e conteúdos que reflitam, prioritariamente, os contextos das realidades vividas pelos estudantes, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;
- IV. Adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários;
- V. Nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e revalorize a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o objetivo de resolvê-los.
- VI. Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas, baseadas nos aspectos:

- ▶ técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
- ▶ ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

6.2. DIMENSÕES DE FORMAÇÃO

A formação e o perfil do administrador público serão expressos através de duas dimensões:

- I. **epistemológica:** que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas ao currículo da Administração Pública; e
- II. **profissionalizante:** que, implicando a primeira, diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador público e a construção de competências para atuação em todas as suas relações sociopolíticas, culturais e nas perspectivas da moral e da ética.

6.3. ASPECTOS DO CURSO

A concepção do Curso de Bacharelado em Administração Pública está voltada para a formação de egressos capazes de atuarem de forma eficiente e eficaz no contexto da gestão pública, à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos e desenvolvimento das organizações governamentais e não governamentais, de forma a possibilitá-las atender às necessidades e ao desenvolvimento da sociedade.

Para tal, o curso contempla sólida formação nas teorias administrativas e enfatiza o desenvolvimento de competências necessárias ao bom desempenho profissional do gestor público, além de formação generalista, permitindo definir um perfil de

administrador moderno, capacitado a planejar, organizar, dirigir e controlar a ação e as políticas públicas nas diversas esferas de poder e de governo.

Buscando oportunizar a formação de profissionais para atuarem como gestores em áreas específicas da administração pública, o curso oferece três Linhas de Formação Específica (LFE), ampliando competências e agregando ao egresso habilidades para o exercício da gestão pública na área por ele escolhida.

Acenando para a educação continuada, por meio de um elo entre graduação e pós-graduação, serão ofertadas a critério de cada (IPES) três LFEs, sendo indicadas inicialmente as seguintes linhas:

- ▶ Linha de formação em Gestão Pública da Saúde;
- ▶ Linha de formação em Gestão Municipal;
- ▶ Linha de formação em Gestão Governamental.

O projeto pedagógico do curso procura valorizar a formação de atitudes de reflexão, de busca de inovações, de prospecção e criação de caminhos próprios que possam suprir as necessidades da gestão pública e permitir a atuação nos processos operacionais e decisórios sob a égide do conhecimento, da ética, da cidadania e da humanidade.

O desenvolvimento dos aspectos estruturais do curso de Administração Pública, sua vocação e organização caracterizam-se pelos seguintes elementos compositivos:

- I. Transversalidade – Os conteúdos sempre que vinculados a outras disciplinas, serão estudados de forma integrada, perpassados por questões ligadas aos aspectos éticos, de transparência, de inovação e de sustentabilidade. Isso possibilitará aos autores dos textos didáticos e aos estudantes a construção holística de determinado tema.
- II. Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino – envolvendo discentes em práticas de pesquisa e extensão, com o objetivo de despertar nestes, atitudes de investigação, de reflexão, de análise crítica e de prospecção de soluções inovadoras, além de propiciar vivências administrativas inseridas nos setores produtivos e de serviços. Dentre as atividades Acadêmicas

Articuladas ao Ensino encontram-se os seminários temáticos, que possibilitam o desenvolvimento de pesquisas, articulando atividades acadêmicas com as necessidades do Estado e da sociedade, como também a realização do Estágio Supervisionado, inserindo o discente em atividades reais de administração pública, aprimorando assim a sua formação profissional.

- III. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – que consiste na elaboração de uma monografia desenvolvida pelo acadêmico, ao longo dos Seminários Temáticos distribuídos nos Módulos V, VI, VII e VIII, com foco nos conteúdos de gestão pública estudados no curso e aplicados à área da Linha de Formação Específica escolhida pelo acadêmico. No TCC, o estudante deverá demonstrar domínio significativo do conteúdo programático do curso, dos procedimentos metodológicos da pesquisa e das normas técnicas de elaboração de uma monografia. Os TCCs aprovados integrarão o acervo do curso, enriquecendo as fontes de pesquisa para desenvolvimento do pensamento administrativo dos acadêmicos. A defesa do trabalho será continuada, a cada semestre, integrando atividades dos Seminários Temáticos nos encontros presenciais e será assistida por estudantes do curso, disseminando assim as pesquisas desenvolvidas e a visão holística das organizações.

6.3.1. Objetivo Geral

Formar profissionais com amplo conhecimento de Administração Pública, capazes de atuarem no âmbito federal, estadual e municipal, administrando com competência as organizações governamentais e não-governamentais, de modo pró-ativo, democrático e ético, tendo em vista a transformação e o desenvolvimento da sociedade e do país.

6.3.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do curso são:

- I. Oportunizar a conscientização do estudante para agir dentro de princípios éticos, morais, legais e cívicos, promovendo o ser humano como força de trabalho e capital intelectual.
- II. Propiciar formação integral do egresso de tal forma a permitir-lhe pesquisar, estudar, analisar, interpretar, planejar, implantar, coordenar e controlar ações no campo da administração, fazendo vigorar a legislação profissional e normas éticas a que está sujeita a gestão.
- III. Formar profissionais capazes de ampliar os níveis de competitividade organizacional frente ao dinamismo das transformações no âmbito interno e externo às organizações.
- IV. Capacitar o estudante para enfrentar os desafios e as peculiaridades locais e regionais e do próprio mercado de trabalho, considerando a função social que deve exercer, por meio de formação sólida que lhe dê um embasamento de cultura geral, complementado pela visão holística em sua dimensão humanística e técnica.
- V. Preparar o estudante para atuar como gestor, envolvendo-se com decisões, estratégias e adversidades, buscando estabelecer vantagens competitivas no mercado globalizado, frente às mudanças impostas pelo ambiente.
- VI. Preparar lideranças para a administração pública, gerar novos empreendedores e capacitar mão-de-obra já inserida no mercado para atuação na gestão pública.
- VII. Despertar no estudante o interesse de capacitar-se como gestor público empreendedor, gerente e técnico preparado para enfrentar as mais diferentes situações de mercado e de necessidades da sociedade, com liderança, iniciativa e criatividade para interferir na realidade, antecipando-se aos fatos ou adequando-se às novas tendências.

6.4. PERFIL DO EGRESSO

O curso de Administração Pública da UFSJ está organizado visando formação de profissionais com perfil aderente àquele demandado pelas organizações públicas contemporâneas, permitindo, por meio de disciplinas obrigatórias, da linha de formação

específica, dos seminários temáticos, do estágio supervisionado e do Trabalho de Conclusão de Curso, a formação de competências que preparem o egresso às contingências da gestão pública.

As organizações públicas modernas buscam o administrador generalista, integral e integrado, notadamente um agente de mudanças, que gere novos conhecimentos e caminhos para o aprimoramento e o desenvolvimento socioeconômico, político, técnico e cultural. Em outras palavras, um profissional autodidata, detentor de amplo portfólio de conhecimento, consciente da contínua necessidade de aprofundamento do conhecimento da Administração Pública e atualização das interfaces entre esta e outras áreas relacionadas, especialmente as afins, sem perder de vista as descobertas daquelas correlatas, uma vez que qualquer que seja o objeto de trabalho, ele estará inserido no contexto integral de uma sociedade globalizada.

Para atender às expectativas dessa sociedade emergente, o curso Bacharelado em Administração Pública procura formar profissionais de competência sólida e moderna, em condições plenas de atuação eficiente e eficaz, preocupados com a relevância social do produto de seus trabalhos, apresentando habilidades para pró-atividade e criatividade; raciocínio lógico, crítico e analítico; visão sistêmica e estratégica para negociações, tomada de decisão, liderança e trabalhos em equipe.

O egresso do curso de Administração Pública estará apto a:

- I. atuar e desenvolver atividades específicas da gestão nas organizações públicas e participar da elaboração, do planejamento, da coordenação e do controle de políticas públicas;
- II. compreender de forma sistêmica o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e assim tomar decisões em um contexto diversificado e interdependente da área pública, promovendo o estreitamento das relações entre Governo e Sociedade Civil;
- III. empreender e promover transformações de forma interdisciplinar, compreendendo a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança, participando da modernização e inovação das estruturas e funcionamento do Serviço Público;

- IV. expressar-se e comunicar-se com clareza e assertividade;
- V. promover com determinação e vontade política e administrativa a educação continuada de servidores públicos;
- VI. liderar processos de mudança das desigualdades e de exclusão econômica e social;
- VII. adequar os recursos financeiros, físicos e tecnológicos visando o bem-estar coletivo e promover processos democráticos participativos no âmbito estatal que possibilite a iniciativa e o desenvolvimento pleno das pessoas;
- VIII. reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações nos processos organizacionais, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- IX. refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção de serviços públicos, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
- X. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle em diferentes contextos organizacionais e sociais; e
- XI. elaborar, implementar e consolidar projetos, realizar consultoria e auditoria, elaborar pareceres e perícias administrativas em organizações públicas.

6.5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A estrutura curricular do curso contempla disciplinas cujos conteúdos revelam as inter-relações das dimensões da realidade público-privado, nacional-internacional e das esferas federal, estadual e municipal, numa perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio, utilizando tecnologias inovadoras assim como atendendo aos seguintes campos interligados de formação, conforme especificado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os Cursos de Administração:

- I. Conteúdos de Formação Básica – relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas, através das disciplinas: Introdução à Economia; Sociologia Organizacional; Economia Brasileira; Psicologia Organizacional; Filosofia e Ética; Ciência Política; Contabilidade Geral; Macroeconomia; Contabilidade Pública; Instituições de Direito Público e Privado; Legislação Tributária e Comercial; Direito Administrativo; Negociação e Arbitragem; Auditoria e Controladoria; e Políticas Públicas e Sociedade.
- II. Conteúdos de Formação Profissional – relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços, por meio das disciplinas: Teorias da Administração I e II; Organização, Processos e Tomada de Decisão; Elaboração e Gestão de Projetos; Orçamento Público; Administração Estratégica; Teorias da Administração Pública; Teoria das Finanças Públicas; Planejamento e Programação na Administração Pública; Gestão de Pessoas no Setor Público; Gestão de Operações e Logística I e II; Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público; Tecnologia e Inovação; Gestão da Regulação; Relações Internacionais; e Gestão Ambiental e Sustentabilidade.
- III. Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias – abrangendo pesquisa operacional, matemática, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração, contemplados nas disciplinas: Matemática para Administradores; Estatística Aplicada à Administração; Matemática Financeira e Análise de Investimentos, além de conteúdos transversais apresentados em outras disciplinas.

- IV. Conteúdos de Formação Complementar – estudos de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando, contemplados nos seminários temáticos, atividades complementares e nas disciplinas Informática para Administradores; Redação Oficial; Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração; Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); Seminário Integrador, Seminário Temático I, II e III; Seminário Temático I, II, III e IV das Linhas de Formação I, II e III.

As disciplinas Eletivas integrarão um dos Conteúdos de Formação descritos acima, de acordo com as respectivas ementas.

6.6. CARGA HORÁRIA

A carga horária total do curso contempla 3.000 horas.

6.7. MATRIZ CURRICULAR

As disciplinas que integram a matriz curricular estão distribuídas em oito Módulos e são de natureza:

- I. Obrigatória – que garantem o perfil desejado para o egresso, totalizando 2400 horas.
- II. Optativa – que, totalizando 180 horas, compreende: 60 horas relativas às disciplinas Informática para Administradores, Redação Oficial ou Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), ofertadas nos Módulos I, II ou III; e 120 horas relativas às disciplinas que integram uma das linhas de formação específica do curso.

A distribuição da carga horária para integralização do currículo do Curso de Administração Pública está representada abaixo:

Quadro Resumo de Distribuição de Carga Horária

Conteúdos	Créditos	Carga Horária	%
Disciplinas Obrigatórias	160	2.400	80,0
▪ Conteúdos de Formação Básica (FB)	56	840	28
▪ Conteúdos de Formação Profissional (FP)	62	930	31
▪ Conteúdos de Formação Complementar (FC)	20	300	10
▪ Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias (EQT)	12	180	06
▪ Conteúdos das Disciplinas Eletivas	10	150	05
Disciplinas Optativas	12	180	06
▪ Conteúdos de Formação Complementar (FC)	08	120	04
▪ Disciplina Optativa	04	60	02
Estágio Supervisionado	20	300	10
Atividades Complementares	08	120	04
Carga Horária Total do Curso	200	3.000	100

Outra forma de apresentar a distribuição da carga horária do curso recai sobre a ótica da administração geral ou pública, de acordo com o conteúdo e aplicações conferidos a cada disciplina. O quadro a seguir sintetiza esta distribuição.

Conteúdos por Área	Créditos	Carga Horária	%
Administração Geral	98	1470	49
▪ Disciplinas Obrigatórias	94	1.410	47
▪ Disciplinas Optativas	04	60	02
Administração Pública	84	1260	42
▪ Disciplinas Obrigatórias	56	840	28
▪ Disciplinas Optativas (Linha de Formação Específica)	08	120	04
▪ Estágio Supervisionado	20	300	10
Atividades Complementares e Disciplinas Eletivas	18	270	09
Total do Curso	200	3000	100

As disciplinas que integram a matriz curricular do curso de Administração Pública da UFSJ estão especificadas na tabela a seguir:

Matriz Curricular
Curso Bacharelado em Administração Pública

Nº	Disciplina	Nº CR	C. H.	Conteúdo	Natureza	
1	Administração Estratégica	4	60	FP	Geral	Obrigatória
2	Auditoria e Controladoria	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
3	Ciência Política	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
4	Contabilidade Geral	4	60	FB	Geral	Obrigatória
5	Contabilidade Pública	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
6	Direito Administrativo	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
7	Economia Brasileira	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
8	Elaboração e Gestão de Projetos	4	60	FP	Geral	Obrigatória
9	Eletiva I Marketing Governamental	2	30	FC	Geral	Obrigatória
10	Eletiva II Empreendedorismo Governamental	4	60	FC	Geral	Obrigatória
11	Eletiva III Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública	4	60	FC	Geral	Obrigatória
12	Estatística Aplicada à Administração	4	60	EQT	Geral	Obrigatória
13	Filosofia e Ética	4	60	FB	Geral	Obrigatória
14	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	4	60	FC	Geral	Obrigatória
15	Gestão da Regulação	2	30	FP	Pub.	Obrigatória
16	Gestão de Operações e Logística I	4	60	FP	Geral	Obrigatória
17	Gestão de Operações e Logística II	4	60	FP	Geral	Obrigatória
18	Gestão de Pessoas no Setor Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
19	Informática para Administradores	4	60	FC	Geral	Optativa
20	Instituições de Direito Público e Privado	4	60	FB	Geral	Obrigatória
21	Introdução à Economia	4	60	FB	Geral	Obrigatória
22	Legislação Tributária e Comercial	4	60	FB	Geral	Obrigatória
23	Macroeconomia	4	60	FB	Geral	Obrigatória

24	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	4	60	FC	Geral	Optativa
25	Matemática Financeira e Análise de Investimentos	4	60	EQT	Geral	Obrigatória
26	Matemática para Administradores	4	60	EQT	Geral	Obrigatória
27	Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	4	60	FC	Geral	Obrigatória
28	Negociação e Arbitragem	4	60	FP	Geral	Obrigatória
29	Orçamento Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
30	Planejamento e Programação na Adm. Públ	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
31	Políticas Públicas e Sociedade	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
32	Organização, Processos e Tomada Decisão	4	60	FP	Geral	Obrigatória
33	Psicologia Organizacional	4	60	FB	Geral	Obrigatória
34	Redação Oficial	4	60	FC	Geral	Optativa
35	Relações Internacionais	4	60	FC	Geral	Obrigatória
36	Seminário Integrador	2	30	FC	Geral	Obrigatória
37	Seminário Temático I	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
38	Seminário Temático II	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
39	Seminário Temático III	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
40	Seminário Temático I na LFE I / LFE II/ LFE III	2	30	FC	Pub.	Optativa
41	Seminário Temático II na LFE I / LFE II/ LFE III	2	30	FC	Pub.	Optativa
42	Seminário Temático III na LFE I / LFE II/ LFE III	2	30	FC	Pub.	Optativa
43	Seminário Temático IV na LFE I / LFE II/ LFE III	2	30	FC	Pub.	Optativa
44	Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
45	Sociologia Organizacional	4	60	FB	Geral	Obrigatória
46	Tecnologia e Inovação	4	60	FP	Geral	Obrigatória
47	Teoria das Finanças Públicas	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
48	Teorias da Administração I	4	60	FP	Geral	Obrigatória
49	Teorias da Administração II	4	60	FP	Geral	Obrigatória
50	Teorias da Administração Pública	4	60	FP	Pub.	Obrigatória

FB	Conteúdos de Formação Básica
FP	Conteúdos de Formação Profissional
FC	Conteúdos de Formação Complementar
EQT	Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias

6.8. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O ementário das disciplinas está definido no Anexo 2.

6.9. DISCIPLINAS ELETIVAS

São disciplinas ofertadas a partir do 6^o Módulo, cujos conteúdos remetem a temas emergentes e/ou possibilitam adequar a formação do gestor público à demanda regional.

O Curso de Bacharelado em Administração Pública oferecerá as seguintes disciplinas eletivas:

Eletiva I: Marketing Governamental (30 horas)

Eletiva II: Empreendedorismo Governamental (60 horas)

Eletiva III: Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública (60 horas).

6.10. SEMINÁRIOS TEMÁTICOS

Para contribuir também com a formação integral do profissional da Administração Pública, há na estrutura curricular do curso os Seminários Temáticos. Foram pensados como um dos elementos centrais do processo de aprendizagem do estudante, servindo de elemento motivador para o desenvolvimento de processos de pesquisa sobre e no cotidiano das práticas de administração.

Em cada módulo do curso está prevista a realização de um Seminário Temático. O estudante realizará pesquisa sobre determinado fato, relacionado com a realidade em que está inserido e envolvendo o campo da Administração Pública. Os resultados desse estudo serão apresentados durante os encontros presenciais.

No Módulo 1, o Seminário Temático possui uma característica específica de promover a inserção e a integração do estudante com o curso na modalidade a distância, sendo nominado como Seminário Integrador.

A partir do segundo Módulo os Seminários Temáticos possibilitam a aplicação dos conteúdos estudados, oportunizando vivências na administração das organizações públicas e revelando caráter sistêmico do comportamento organizacional. Os Seminários Temáticos dos Módulos V, VI, VII e VIII constituem as Linhas de Formação Específica I, II e III, das quais uma deverá ser escolhida pelo estudante para complementar sua formação.

Nos Módulos II, III e IV o estudante realizará pesquisa e um diagnóstico sobre o campo da LFE I (Seminário Temático I), da LFE II (Seminário Temático II) e da LFE III (Seminário Temático III), o que possibilitará a compreensão macro da Linha de Formação a ser escolhida. No Módulo V, o estudante fará opção por uma das Linhas de Formação Específica que irá dirigir sua formação, elaborando, no Seminário Temático I da LFE, um projeto de pesquisa, a partir de um problema identificado na fase de diagnóstico e fundamentado na literatura estudada nos seminários. Nos Seminários Temáticos seguintes o estudante desenvolverá a pesquisa e apresentará o respectivo relatório em formato de TCC.

Os Seminários Temáticos serão sempre precedidos de planejamento específico, podendo incluir modalidades diversas de trabalho: grupos de trabalho, oficinas, conferências, palestras, etc. devendo ser acompanhados pelo alunado, tutores, professores e aberto ao público interessado em geral.

6.11. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio supervisionado, totalizando 300 horas correspondentes a 10% do total de carga horária do curso, será cumprido de acordo com a LEI 11.788/2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes e com a Resolução No 030, de 20 de dezembro de 2007 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONEP que Fixa normas sobre o oferecimento de Estágio Supervisionado, Monografia, outras formas de Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares, conforme apresentado no Anexo 4.

As atividades de Estágio Supervisionado serão realizadas durante os Módulos V, VI, VII e VIII, por meio das pesquisas e práticas profissionais integradas aos Seminários Temáticos I, II, III e IV das LFEs.

Assim, Pesquisa e Estágio caminham juntos, propiciando trocas de práticas e saberes, fazendo pontes entre a prática e teoria, entre o mundo acadêmico e o campo profissional, entre o vivido no mundo do trabalho e o olhar crítico sobre ele.

6.12. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares, num total de 120 horas, serão desenvolvidas no cumprimento das disciplinas Redação Oficial (60h), e Informática para Administradores (60h)

7. ESTRUTURA

ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA

Estamos vivendo um período histórico de “crise”, de “transição”, cujos modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da educação e da Administração não dão mais conta da complexidade dos fenômenos contemporâneos e, especificamente, das práticas no campo dos processos de ensinar e de aprender e da Administração Pública.

O paradigma positivista precisa ser substituído por outro ou outros. Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas, das relações. No campo da Administração fala-se de pró-atividade, de *empowerment*, de fidelização, de gestão do conhecimento, de ética, de responsabilidade social, de inclusão, de “Estado Necessário”, entre outros.

A EaD, nesse sentido, oferece possibilidades de novas práticas educativas e sociais, por suas características e sua forma de organizar o ensino e a aprendizagem, além dos processos formativos profissionais.

Para tal, exige uma organização de apoio institucional e uma mediação pedagógica que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição, uma “instituição ensinante”. Trata-se, então, de uma ação mais complexa e coletiva, em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: na equipe que concebeu e construiu o Projeto Pedagógico aos estudantes e orientadores – sujeitos ativos na implementação de tal Projeto – de quem vai conceber e elaborar o material didático a quem irá cuidar para que ele chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso e dos professores formadores ao orientador (tutor), do autor ao tecnólogo educacional (*instrucional designer*), do editor ao artista gráfico (*web designer*), etc.

Por isso, a modalidade de EaD deve ser pensada e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica e colaborativa. A metáfora da rede traduz bem esta nova visão da organização do trabalho pedagógico.

O Curso de Administração Pública na modalidade a distância possui estrutura administrativo-pedagógica que contempla:

- ▶ O estudante: estudante matriculado no curso e que irá estudar “a distância”;
- ▶ Professores autores: responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem);
- ▶ Professores formadores: responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
- ▶ Professores pesquisadores: ligados ao programa de pós-graduação da IPES, ou com projeto específico, com a função de acompanhar o desenvolvimento do curso para monitorar e avaliar o sistema como um todo, ou alguns de seus subsistemas, para contribuir no processo de reconstrução da caminhada da Instituição na modalidade a distância;
- ▶ Tutores (presenciais, a distância): bacharéis em Administração, ou em áreas afins, atuando no Pólo de Apoio Presencial, ou na Instituição. Eles têm a função de acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada. Recebem formação em EaD, antes de iniciarem suas atividades e ao longo do curso, sob a supervisão de um coordenador de “tutoria”, função ocupada por um professor do curso de Administração Pública. Quanto às funções específicas dos “tutores presenciais” e dos “tutores a distância”, dependerá do sistema de tutoria adotado pela Instituição e da disponibilidade ou não de profissionais formados em Administração nos municípios Pólos; e
- ▶ Equipe de apoio tecnológico e de logística: com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático;

A figura abaixo esquematiza a estrutura administrativo-pedagógica do Curso:

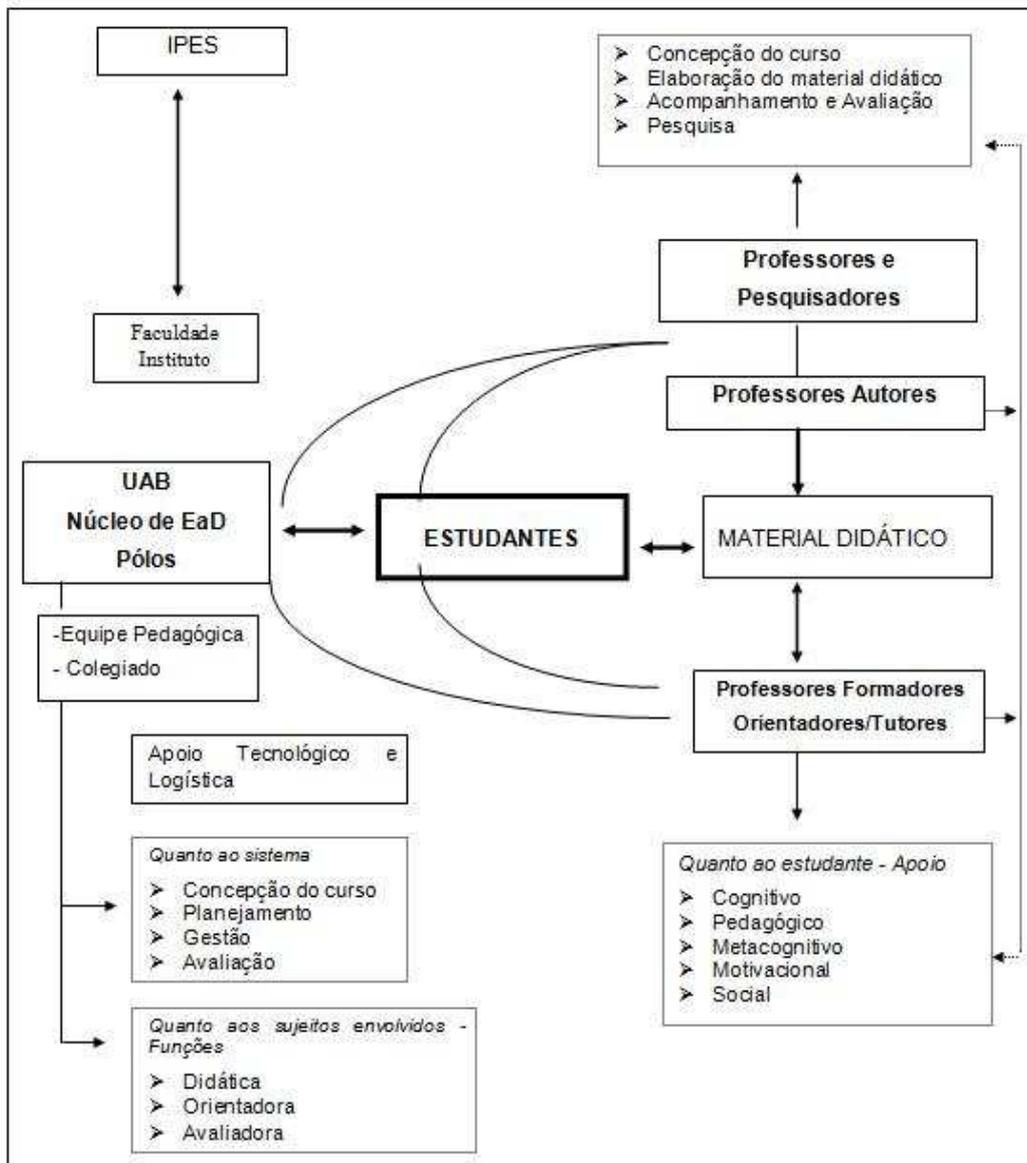


Figura 1: Componentes da ação formativa no curso de Administração Pública – a distância
Fonte: Adaptada de Preti (1996).

Assim organizada, a “instituição ensinante” pode oferecer saber atualizado (filtrando o mais válido das recentes produções científicas), dando prioridade aos conhecimentos instrumentais (“aprender a aprender”), visando educação permanente do cidadão e estando comprometida com o meio circundante.

Para tal, nessa organização devem estar presente constantemente:

- ▶ **A estrutura organizativa:** composta pelos subsistemas de concepção, produção e distribuição dos materiais didáticos, de gestão, de

comunicação, de condução do processo de aprendizagem e de avaliação, e os Pólos de Apoio Presencial.

- ▶ **A comunicação:** que deverá ser multidirecional, com diferentes modalidades e vias de acesso. A comunicação multimídia, com diversos meio e linguagens, exige, como qualquer aprendizagem, implicação consciente do estudante, intencionalidade, atitude adequada, destrezas e conhecimentos prévios necessários. Os materiais utilizados também devem estar adequados aos interesses, necessidades e nível dos estudantes.
- ▶ **O trabalho cooperativo:** A ação pedagógica e a construção de conhecimento, numa perspectiva heurística e construtiva, devem se sustentar sobre o alicerce do trabalho colaborativo ou cooperativo, na construção de uma rede ou de uma “comunidade de aprendizagem”.

7.1. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A equipe multidisciplinar que atuará no curso é composta pelo corpo docente, tutores, e pessoal técnico-administrativo, este último com funções de apoio administrativo e funções técnicas para produção e manutenção das TIC utilizadas no curso. O pessoal técnico-administrativo da equipe multidisciplinar será composto pelos seguintes atores:

- Secretaria Executiva para o curso (um);
- Analista de Sistemas (um)
- Diagramador (um)
- Design Instrucional (três);
- Web Design (um)
- Suporte de Rede (dois)
- Docentes que atuam na Gestão do curso (Vide item 7.3)
- Docentes que atuam no desenvolvimento do curso (Vide Anexo 3)

A contratação da equipe multidisciplinar e de tutores será feita via Universidade Aberta do Brasil – UAB. Os docentes receberão bolsas conforme critérios do sistema CAPES/UAB.

7.2. PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A capacitação dos profissionais envolvidos ocorrerá com a realização dos seguintes cursos:

1. Curso de Formação de Tutores. Carga horária de 40 horas, sendo 20 horas presenciais e 20 horas a distância. Curso oferecido pelo NEAD-UFSJ.
2. Capacitação Docente em Educação a Distância. Carga horária de 120 horas, sendo 20 horas presenciais e 100 horas a distância. Curso oferecido pelo NEAD-UFSJ.
3. Curso de Capacitação em EAD. Para Equipe de Tecnologia e Administrativa. Carga horária 20 horas presenciais. Curso oferecido pelo NEAD-UFSJ.

O formato do Curso de Administração Pública prevê uma equipe de gestão. Desta forma, pensou-se em construir uma estrutura que possa atender os diferentes níveis de aprendizagem na modalidade a distância. Assim, prevê-se um Coordenador de Curso que responsabilizará pelas atividades inerentes ao cargo de coordenador de curso em nível estratégico.

Para que se efetive uma interação nos moldes apresentados pela figura 1, da proposta do PNAP o Curso Bacharelado em Administração Pública da UFSJ, terá um vice-coordenador que, em conjunto com o Coordenador, ficará a cargo da coordenação pedagógica viabilizando os trâmites entre os diferentes atores do curso, notadamente o nível tático.

A Coordenação de Estágios desenvolverá com base no enfoque teoria-prática as diversas áreas de pesquisas, possibilitando ao estudante um conhecimento prático das disciplinas desenvolvidas.

O Coordenador de tutores, conforme prevê a concepção UAB, tem a função precípua de acompanhar e direcionar os tutores no processo ensino-aprendizagem. A interlocução dos tutores presenciais e a distância se dará em conformidade com o que descreve as

atribuições dos coordenadores de tutores do Nead/UFSJ. O desenvolvimento dos trabalhos dos coordenadores de estágio e de tutores estarão no nível operacional.

A equipe de gestão do curso de Administração Pública deverá gerenciá-lo atuando de forma sistêmica no sentido de integralizar o curso com eficiência e eficácia nos parâmetros UAB/CAPES e regimento interno do Nead/UFSJ.

Além da equipe de gestão tem-se os professores pesquisadores e formadores e os tutores presenciais e distância que formarão a equipe pedagógica, atendendo a **estrutura organizativa** descrita no projeto oriundo da equipe de elaboração.

Desta forma, o quadro abaixo apresenta os professores que compõem a equipe de gestão do curso:

7.3. DOCENTES QUE PARTICIPAM DA GESTÃO DO CURSO

Função	Formação	Titulação	Dedicação
Coordenação do Curso Sálvio de Macedo Silva	Administração	Doutor	DE
Vice-Coordenação e Coordenação Pedagógica Maria do Carmo Santos Neta	Economia	Doutor	DE
Coordenação de Estágios Fernando Pacheco Cortez	Administração	Doutor	DE
Coordenador de tutores Pablo Luiz Martins	Ciências Contábeis	Mestre	DE

Observação: O Anexo 3 apresenta todos os docentes que participam no curso.

A gestão administrativa e pedagógica do curso será desenvolvida por um colegiado a ser composto a partir do início das atividades.

8. INFRAESTRUTURA E PROCESSO DE GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Dentre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- ▶ a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- ▶ a produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- ▶ processos de orientação e avaliação próprios;
- ▶ monitoramento do percurso do estudante; e
- ▶ criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos estudantes.

Para o curso de Administração Pública, na modalidade a distância, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa, preveem:

Rede Comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Pólos com a IPES e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica na IPES, com a garantia de:

- ▶ manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- ▶ designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;

- ▶ manutenção dos núcleos tecnológicos na UFSJ e nos Pólos, que dêem suporte à rede comunicacional prevista para o curso; e
- ▶ organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Pólos e a UFSJ.

Produção de Material Didático

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico.

A estrutura pedagógica de EaD do Curso de Administração Pública conta com os seguintes atores:

- Coordenador Pedagógico
- Coordenador de Estágios
- Docentes
- Coordenador de Tutores
- Tutores

8.1. SELEÇÃO DE PROFESSORES TUTORES

O processo de seleção dos tutores será realizado a partir de abertura de edital público de concurso.

O pré-requisito básico para a participação no processo seletivo é a formação básica: bacharéis em Administração, ou em áreas afins.

Os tutores serão selecionados conforme as necessidades específicas de cada disciplina ou grupo de disciplinas.

A seleção e o treinamento não implicam necessariamente na contratação dos tutores. Após este processo e em função da necessidade os mesmos serão convocados para trabalho de tempo determinado. Ao fim da disponibilização de uma disciplina ou de um

grupo de disciplinas o tutor poderá ser desligado dos quadros do curso conforme necessidade observada pela Coordenação do curso.

O processo de avaliação acontecerá por meio de

- Comprovação da formação acadêmica;
- Comprovação de pós- graduação “lato- sensu”;
- Análise de currículo;
- Entrevista;
- Comprovação de residência no município pólo para os tutores presenciais e para os tutores a distância.

Os convocados para o trabalho de tutoria deverão assinar um termo de compromisso que constará todas as atribuições e regulamentos pertinentes.

8.2. SISTEMA DE TUTORIA

A tutoria no curso de Administração Pública como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, O tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas, as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento o tutor deve participar da discussão com os professores formadores, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem, dos Seminários Temáticos e do Estágio Supervisionado.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra,

que dificuldades apresenta, se ele coloca-se em atitude de questionamento re-
construtivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para
compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria-
prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos,
como estuda, quando busca orientação, se ele relaciona-se com outros estudantes para
estudar, se participa de organizações ligadas à sua formação profissionais ou a
movimentos sociais locais.

A relação tutores/alunos seguirá os critérios da Universidade Aberta do Brasil – UAB,
ou seja um tutor para cada grupo de até 30 alunos.

Além disso, o tutor deve, neste processo de acompanhamento, estimular, motivar e,
sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das
atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação
específica, em termos dos aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da
proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela
UFSJ por intermédio do NEAD conforme item 7.2.

Como recursos para interlocução poderão ser utilizados:

- ▶ Ambiente Virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual,
agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de
acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- ▶ Videoaulas;
- ▶ Telefone;
- ▶ E-mail;
- ▶ Material Impresso.

8.3. ENCONTROS PRESENCIAIS

Os encontros presenciais serão motivos de amplo planejamento, envolvendo os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso. Entre as atividades a serem contempladas incluem-se avaliação do desempenho discente, apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, defesa de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica.

Os Encontros Presenciais acontecerão após cada período de 8 semanas referentes a disponibilização dos conteúdos na Plataforma Moodle ou a critério da Coordenação Pedagógica e terão duração de 20 horas. Estes encontros poderão ocorrer na UFSJ ou nos pólos.

8.4. CONTROLE DA PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

O controle da produção e distribuição do material didático será realizado por comissões da Universidade Aberta do Brasil e Coordenação do Curso na UFSJ.

8.5. INFRA-ESTRUTURA DA COORDENAÇÃO

A coordenação do curso de Administração Pública da UFSJ funcionará em uma sala determinada pelo Chefe do Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis – DECAC.

Esta Sala se destina ao desenvolvimento das atividades administrativas por parte do coordenador, da secretaria, e da equipe de docentes envolvidos na gestão do curso, de reuniões de professores e de capacitação permanente de tutores atendimento ao público em geral.

Estarão a disposição da coordenadoria:

1. Mesas / cadeiras para Coordenador, Vice-Coordenador e Secretaria;

2. Mesa reuniões / 6 cadeiras;
3. Arquivo;
4. Armário;
5. Telefone com ligação permitida para DDD e Celular;
6. 2 Pontos de Internet Banda Larga;
7. Dois computadores e mesas;
8. Uma impressora Laser e mesa;
9. Notebook;
10. Data-show.

8.6. INFRA-ESTRUTURA DA EQUIPE DE APOIO TECNOLÓGICO

A Equipe de Apoio Tecnológico que compreende: Analistas de Sistemas; Tecnólogos; Design Instrucionais; Web Designs; Diagramadores, Suportes de Rede desenvolverão suas atividades sob coordenação do Coordenador de Tecnologia do NEAD.

8.7. DESENVOLVIMENTO DO CURSO

O curso de Bacharelado em Administração Pública - modalidade a distância – da UFSJ será desenvolvido conforme Anexo 1 (Fluxo dos Módulos e Disciplinas) conforme a seguinte sistemática:

1. Cada módulo compreende 7 disciplinas
2. Serão desenvolvidas 4 disciplinas durante 8 semanas
3. Na sequência são realizados os encontros presenciais (20 horas) nos pólos ou na UFSJ
4. As 3 últimas disciplinas do módulo serão desenvolvidas durante 8 semanas
5. Na sequência são realizados os encontros presenciais 20 horas nos pólos ou na UFSJ
6. A oferta das unidades curriculares ocorrerá em dois períodos de 8 semanas cada um e o lançamento/conclusão do módulo ocorrerá semestralmente conforme a Resolução 023/2008 CONEP.

Durante o desenvolvimento das atividades das disciplinas os alunos receberão apoio da equipe do multidisciplinar do curso, no Ambiente Virtual de Aprendizagem e no apoio dos tutores presenciais.

Os encontros presenciais terão como objetivo a avaliação final das disciplinas, e o encerramento das disciplinas com uma palestra. Participam do encontro presencial, o professor da disciplina ou outro professor ou tutor por ele designado.

CRONOGRAMA DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO

	INSTÂNCIA	DATA
1	APROVAÇÃO INTERNA UFSJ: COEAD /CONEP /CONSU	14/05/2009
2	ENVIO PROJETO CAPES/UAB	15/05/2009
3	RESULTADO FINAL CAPES/UAB	22 a 26/06/2009
4	PUBLICAÇÃO EDITAL VESTIBULAR	11/08/2009
5	CONTRATAÇÃO TERCEIROS	A ser definido
6	EDITAL TUTORES	A ser definido
7	CAPACITAÇÃO DOCENTE	A ser definido
8	CAPACITAÇÃO TUTORES	A ser definido
9	RESULTADO VESTIBULAR	A ser definido
10	MATRICULA	A ser definido
11	INÍCIO DO CURSO	A ser definido

CRONOGRAMA INICIAL**PRIMEIRO/SEGUNDO/TERCEIRO SEMESTRE TURMA 2010**

DURAÇÃO	ATIVIDADE
2 DIAS	SEMINÁRIO INTEGRADOR PRIMEIRO ENCONTRO PRESENCIAL NA UFSJ
8SEMANAS	FILOSOFIA E ÉTICA TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO I INTRODUÇÃO A ECONOMIA MATEMÁTICA BÁSICA
2 DIAS	ENCONTRO PRESENCIAL
8SEMANAS	PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL METODOLOGIA DE ESTUDO E DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO REDAÇÃO OFICIAL
2 DIAS	ENCONTRO PRESENCIAL
8SEMANAS	CIÊNCIA POLÍTICA TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO II MACROECONOMIA
2 DIAS	ENCONTRO PRESENCIAL
8SEMANAS	CONTABILIDADE GERAL MATEMÁTICA PARA ADMINISTRADORES SEMINÁRIO TEMÁTICO I
2 DIAS	ENCONTRO PRESENCIAL
8SEMANAS	TEORIAS DA ADM PÚBLICA SOCIOLOGIA ORGANIZACIONAL ECONOMIA BRASILEIRA
2 DIAS	ENCONTRO PRESENCIAL
8SEMANAS	CONTABILIDADE PÚBLICA IDPP SEMINÁRIO TEMÁTICO II
2 DIAS	ENCONTRO PRESENCIAL

9. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação é entendida como atividade política que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não só análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também a dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Dentre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EaD e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

9.1. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação do curso se processará mediante o convite a uma comissão de profissionais que já atuam na Educação a Distância feita pela instituição e se pautará nos termos da lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, que se aplica integralmente à Educação a Distância.

9.2. AVALIAÇÃO DOS SUBSISTEMAS DE EAD

Avaliação do Material Didático

A avaliação do material didático será realizada por uma comissão editorial a ser constituída por professores da UFSJ e de outras instituições, observando-se os seguintes pontos:

- Cientificidade
- Contextualização
- Diversidade
- Historicidade

- Construção
- Interação
- Adequação às tecnologias utilizadas

Avaliação da Orientação Docente e da Tutoria

O trabalho dos tutores e docentes será avaliado através de formulário próprio, guiando-se por instrumento já adotado na universidade que será preenchido pelos alunos ao final de cada semestre, com o objetivo de apontar as falhas no sistema de orientação acadêmica e tutoria, mostrar problemas relativos à modalidade da educação a distância e redimensionar as atividades posteriores.

Avaliação da Infra estrutura e suporte tecnológico e científico

A avaliação de infra-estrutura e o suporte tecnológico e científico ficará a cargo de profissionais que integram o Núcleo de Educação a Distância – Nead.

A avaliação dos subsistemas de EaD presentes no curso de Administração Pública tem por objetivo controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso.

Para tanto, será aplicada a avaliação 360 graus, de forma continuada, realizada pelos atores do processo ensino-aprendizagem, entre eles, estudantes, professores tutores, professores conteudistas, professores formadores e coordenador do curso, contemplando os seguintes aspectos:

- ▶ desempenho do estudante;
- ▶ desempenho dos professores-tutores;
- ▶ desempenho dos professores formadores;
- ▶ adequação do sistema de tutoria;
- ▶ adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- ▶ qualidade do material impresso e da multimídia interativa;

- ▶ qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- ▶ desempenho da coordenação do curso; e
- ▶ eficácia do programa.

A estrutura de EaD projetada para o curso possibilita a integração das ações dos atores de EaD, permitindo controle e sinergia no processo ensino-aprendizagem, assim como a prática de acompanhamento efetivo do estudante e sua avaliação em dimensão sistêmica e continuada.

Os resultados das avaliações deverão ser utilizados com a função de retroalimentar os subsistemas de EaD objetivando o aprimoramento e novos patamares de qualidade e eficácia.

9.3. AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

O processo de avaliação de aprendizagem na Educação a Distância, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da Educação a Distância deve ser a de obter dos estudantes não a capacidade de reproduzir idéias ou informações, mas sim a capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque no contexto da EaD o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- ▶ buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e com os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- ▶ obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- ▶ desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

O trabalho do autor, então, ao organizar o material didático do curso de Administração Pública, é levar o estudante a questionar aquilo que julga saber e, principalmente, para que questione os princípios subjacentes a esse saber.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de Administração Pública e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos, é fundamental.

O que interessa, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que, possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Administração Pública.

Por isso, é importante desencadear processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não só o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

O desempenho do estudante será avaliado em três situações distintas sempre em conformidade com os artigos 4º e 24 do Decreto nº 5622 de 19 de dezembro de 2005 que regulamenta o artigo 80 da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, a avaliação de desempenho do estudante se dará mediante:

- I. O cumprimento das atividades programadas, ou seja, estudo do conteúdo e realização de atividades propostas pelo professor de cada disciplina, que serão enviadas e avaliadas pelos tutores, conforme critérios previamente determinados pelos professores especialistas;
- II. Realização de exames presenciais através de avaliação escrita, ao final de cada semestre, elaborada pelo conjunto de professores das disciplinas cursadas no semestre, observando-se o caráter interdisciplinar dos conteúdos;
- III. Trabalho de Conclusão que será desenvolvido pelo aluno durante o transcorrer dos estudos sob orientação de seu respectivo tutor acadêmico e sob a supervisão de um professor especialista.

O tema do Trabalho de Conclusão será analisado e discutido previamente com o orientador escolhido. O TCC será elaborado individualmente e uma vez discutido e

aprovado o tema, o aluno apresentará um cronograma de desenvolvimento, que servirá como instrumento de acompanhamento por parte dos tutores.

A nota mínima para aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é 6,0 (seis).

O TCC deverá ser defendido de forma pública perante uma banca composta por três membros: o tutor orientador, o professor orientador e um professor convidado.

Nessas situações de avaliação, os tutores e os professores formadores deverão estar atentos para observar e fazer o registro dos seguintes aspectos: a produção escrita do estudante, seu método de estudo, sua participação nos Encontros Presenciais, nos fóruns e nos bate-papos; se ele está acompanhando e compreendendo o conteúdo proposto em cada uma das disciplinas, se é capaz de posicionamentos crítico-reflexivos frente às abordagens trabalhadas e frente à sua prática profissional (dimensão cognitiva) e na realização de estudos de caso e de pesquisa, a partir de proposições temáticas relacionadas ao seu campo de formação profissional, entre outros fatores.

A nota final atribuída será composta por avaliações na plataforma 40% (quarenta por cento) e avaliações presenciais 60% (sessenta por cento).

10. PROCESSO DE COMUNICAÇÃO- INTERAÇÃO ENTRE OS PARTICIPANTES

Em função de uma das principais características do ensino a distância, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação sincrônica serão telefone, chat, webconferência.

Como processos de comunicação diacrônicos serão utilizados os fóruns, e-mails, Plataforma Moodle.

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação sincrônica e diacrônica e será orientada pelo Tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade, etc.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso de Administração Pública pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.

ANEXO 1 – FLUXO DOS MÓDULOS E DISCIPLINAS

1º MÓDULO 330 h/a	2º MÓDULO 330 h/a	3º MÓDULO 330 h/a	4º MÓDULO 330 h/a	5º MÓDULO 330 h/a	6º MÓDULO 300 h/a	7º MÓDULO 300 h/a	8º MÓDULO 270 h/a
Filosofia e Ética	Ciência Política	Teorias da Adm. Pública	Teorias das Finanças Públicas	Planejamento e Programação na Adm. Pública	Orçamento Público	Auditoria e Controladoria	Políticas Públicas e Sociedade
Teorias da Administração I	Teorias da Administração II	Sociologia Organizacional	Organização, Processos e Tomada Decisão	Gestão de Pessoas no Setor Público	Administração Estratégica	Negociação e Arbitragem	Gestão Ambiental e Sustentabilidade
Introdução à Economia	Macroeconomia	Economia Brasileira	Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público	Gestão de Operações e Logística I	Gestão de Operações e Logística II	Tecnologia e Inovação	Relações Internacionais
Psicologia Organizacional	Contabilidade Geral	Contabilidade Pública	Estatística Aplicada à Administração	Matemática Financeira e Análise de Investimento	Elaboração e Gestão de Projetos	Eletiva II Empreendedorismo Governamental	Eletiva III Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública
Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	Matemática para Administradores	Instituições de Direito Público e Privado	Direito Administrativo	Legislação Tributária e Comercial	Eletiva I Marketing Governamental	Gestão da Regulação	
Seminário Integrador	Seminário Temático I	Seminário Temático II	Seminário Temático III	Seminário Temático I na LFE I/ LFE II/ LFE III	Seminário Temático II na LFE I/ LFE II/ LFE III	Seminário Temático III na LFE I/ LFE II/ LFE III	Seminário Temático IV na LFE I/ LFE II/ LFE III
Matemática Básica	Redação oficial	Informática para administradores		Estágio Curricular Supervisionado I	Estágio Curricular Supervisionado II	Estágio Curricular Supervisionado III	Estágio Curricular Supervisionado IV

ANEXO 2 – EMENTÁRIO

As ementas referentes aos módulos da estrutura curricular apresentada constituem-se de:

MÓDULO 1

FILOSOFIA E ÉTICA – 60 horas – 4 créditos

Ementa:

Conceito de filosofia: filosofia como doutrina e como ato de pensar. Filosofia e outras formas de conhecimento humano. Características gerais dos grandes períodos da história da filosofia. Conceito de ética. Ética como problema teórico e como problema prático. Ética e responsabilidade. Teorias morais. Ética e “ética profissional”. Ética e política.

Referências Básicas

CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1995. (NB: Esta obra, além de ser boa em si, está disponível integralmente em *sites* da Internet).

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de Filosofia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Referências Complementares

APEL, Karl-Otto. *Estudos de moral moderna*. Petrópolis: Vozes, 1994.

HADOT, Pierre. *O que é filosofia antiga?* São Paulo: Loyola, 1999.

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de Ética: de Platão a Foucault*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

PLATÃO. *A República*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

VASQUEZ, Adolfo Sanchez. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

INTRODUÇÃO À ECONOMIA – 60 horas – 4 créditos

Conceitos e princípios de economia. Evolução do Pensamento Econômico. Noções de Microeconomia: mercado e preços; demanda e oferta; teoria do consumidor; teoria da firma; estrutura de mercado e eficiência. Noções de Macroeconomia: determinação da renda e do produto nacional; mercado de bens e serviços e lado monetário. O setor externo, câmbio e estrutura de balança de pagamento. Setor Público: funções econômicas; estrutura tributária e déficit público. Desenvolvimento Econômico, fontes de crescimento, financiamento e modelos.

Referências Básicas

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; DAVID, Begg. *Introdução à economia* (Para Cursos de Administração, Direito, Ciências Humanas e Contábeis. Tradução de Helga Hoffmam. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de. *Manual de introdução à economia*. Equipe de Professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2006.

Referências Complementares

GREMAUD, Amaury Patrick; AZEVEDO, Paulo Furquim de; DIAZ, Maria Dolores Montoya. *Introdução à economia*. São Paulo: Atlas, 2007.

MANKIW, N. Gregory. *Introdução à economia* (Edição Compacta). Tradução de Allan Vidigal Hastings. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à economia*. São Paulo: Atlas, 2003.

ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à economia*. Livro de Exercícios. São Paulo: Atlas, 2004.

SAMUELSON, Paul A.; NORDAUS, William D. *Economia*. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2004.

METODOLOGIA DE ESTUDO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO – 60 horas – 4 créditos

Métodos de estudo: orientação para a leitura, análise e interpretação de texto. Ciência, metodologia e pesquisa em administração. Tipos de pesquisa. O processo de pesquisa. Instrumentos e técnicas de coleta e análise de dados. Estrutura e organização de trabalhos científicos.

Referências Básicas

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry, *et al.* *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

Referências Complementares

CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

DEMO, Pedro. *Metodologia para quem quer aprender*. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LUCKESI, Carlos *et al.* *Fazer universidade: uma proposta metodológica*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2002.

SALOMON, Délcio Vieira. *Como fazer uma monografia*. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 1997.

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL – 60 horas – 4 créditos

Contribuições das teorias psicológicas para o campo do estudo das organizações. Impacto dos diversos modos de organização do trabalho na vida e saúde das pessoas. Temas da psicologia na interface com os estudos organizacionais: motivação, aprendizagem, percepção e grupos. Tensão e conflito. Processo de liderança.

Referências Básicas

BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto. *Psicodinâmica da Vida Organizacional*. São Paulo: Atlas, 1997.

ZANELLI, José C.; BORGES, Jairo; BASTOS, Antonio V. *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Referências Complementares

BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto. *Psicologia aplicada à administração de empresas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1982.

CHANLAT, Jean-François. *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. Vol. 3. São Paulo: Atlas, 1996.

LANE, Silvia; CODO, Wanderley. *Psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SCHEIN, Edgard H. *Psicologia organizacional*. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1982.

TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO I – 60 horas – 4 créditos

Introdução à Administração: mercado de trabalho; conceito de administração; o Administrador e seu papel na sociedade atual; formação e legislação profissional. As organizações: conceitos e ambientes competitivos globalizados. Funções administrativas e organizacionais. Composição Organizacional e Processo Administrativo. Novas tendências.

Referências Básicas

MAXIMIANO, Antônio Cesar A. *Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital*. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Reinaldo O. da. *Teorias da administração*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

Referências Complementares

BATEMAN, Thomas S; SNELL, Scott A. *Administração: liderança e colaboração no mundo competitivo*. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.

CARAVANTES, Geraldo R. *et al. Administração: teorias e processos*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. *Princípios da administração: o essencial em teoria geral da administração*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

_____. *Introdução à Teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações*. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

FARIA, José C. *Administração: introdução ao estudo*. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

STONER, James Arthur. F.; FREEMAN, R. Edward. *Administração*. 5. ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1999.

SEMINÁRIO INTEGRADOR – 30 horas – 2 créditos

O Seminário Integrador é também o primeiro encontro presencial dos alunos. Seu objetivo principal é acolher o estudante na UFSJ e a apresentação dos conceitos e princípios que embasam a modalidade de educação a distância. Neste mesmo encontro são apresentados os professores do curso, o Projeto Pedagógico do curso de Bacharelado em Administração Pública da UFSJ sendo utilizado este primeiro momento também para o saneamento de dúvidas iniciais. No mesmo encontro todos os alunos serão capacitados nos laboratórios de informática ao uso da Plataforma Moodle.

MÓDULO 2

CIÊNCIA POLÍTICA – 60 horas – 4 créditos

O pensamento político clássico: o conceito clássico e moderno da política. Estado e sociedade. Liberalismo e Socialismo. Democracia direta e representativa. Os atores políticos: parlamentos, partidos políticos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. Sufrágio e sistemas eleitorais; Planejamento e tomada de decisões. Decisões políticas, estratégicas, táticas e operacionais, análise política: estudo das categorias, conceitos e problemas básicos da ciência política, tais como: dominação, poder, conflito, autoridade e legitimidade. Política, participação e informação. Sistema político clássico e contemporâneo e sua influência em políticas empresariais. Destacando a importância de seu conhecimento para a Administração e relacionando-os com a realidade política brasileira atual.

Referências Básicas

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do Jogo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que é participação política*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Referências Complementares

GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

LEO MAAR, Wolfgang. *O que é política*. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MAGALHÃES, José Antônio Fernandes de. *Ciência política*. Brasília: Vestcon, 2001.

MOISÉS, José Álvaro. *Os brasileiros e a democracia*. São Paulo: Ática, 1995.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1992.

CONTABILIDADE GERAL – 60 horas – 4 créditos

Elementos de Contabilidade: definições. Aplicação. Exigências legais e finalidades de Contabilidade. Organização das unidades econômicas. Fatos contábeis e econômicos. Método das Partidas Dobradas: registros e sistemas contábeis. Demonstrações contábeis. Apuração do resultado do exercício. Balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício. Aspectos fundamentais da teoria contábil. Análise das informações contábeis.

Referências Básicas

IUDICIBUS, Sérgio *et al.* *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações* (com Suplemento). São Paulo: Atlas, 2007/2008.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. *Contabilidade básica*. São Paulo: Atlas, 2008.

Referências Complementares

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – PRONUNCIAMENTOS. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>. Acesso em: 27 mar. 2009.

MACROECONOMIA – 60 horas – 4 créditos

Fundamentos da análise macroeconômica; Problemas macroeconômicos; Modelos macroeconômicos; Contabilidade Nacional; Determinantes da demanda e oferta agregada; Moeda, juros e renda; Economia Aberta; Política econômica; O papel do governo; Inflação.

Referências Básicas

BLANCHARD, Olivier. *Macroeconomia*. 4. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

MANKIW, N. Gregory. *Macroeconomia*. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

Referências Complementares

BACHA, Carlos José Caetano; LIMA, Roberto Arruda de Souza. *Macroeconomia: teorias e aplicações à economia brasileira*. São Paulo: Alínea, 2006.

CARVALHO, José L. *et al. Fundamentos de economia: Macroeconomia*. v. 1, São Paulo: Cengage Learnin, 2008.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley. *Macroeconomia*. 5. ed. São Paulo: Makron, 1991.

MANKIW, N. Gregory. *Introdução à economia*. Rio de Janeiro:Campus, 1999.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. *Introdução à economia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MATEMÁTICA PARA ADMINISTRADORES – 60 horas – 4 créditos

Teoria dos Conjuntos. Matrizes. Sistemas de equações lineares. Funções. Limites. Continuidade. Derivadas. Aplicação do conteúdo estudado em problemas administrativos.

Referências Básicas

BOULOS, Paulo. *Cálculo diferencial e integral*. Vol. 1. São Paulo: Makron Books, 1999.

SILVA, Fernando Cesar Marra e; ABRÃO, Mariângela. *Matemática básica para decisões administrativas*. São Paulo: Atlas, 2007.

Referências Complementares

LARSON, Roland E.; HOSTETLER, Robert P.; EDWARDS, Bruce H. *Cálculo com aplicações*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

WHIPKEY, Kenneth L.; WHIPKEY Mary Nell. *Cálculo e suas múltiplas aplicações*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1982.

TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO II – 60 horas – 4 créditos

Escolas e Evolução do Pensamento Administrativo. Gestão por função e gestão por processos. Sistema administrativo e mudança organizacional.

Referências Básicas

MARTINS-PEREIRA, José. *Manual de gestão pública contemporânea*. São Paulo: Atlas, 2007.

PAULA, Ana Paula Paes de. *Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

Referências Complementares

MOTTA, Fernando C. P.; VANCONCELLOS, Isabella F. G. *Teoria geral da administração*. São Paulo: Pioneira Thonsom, 2005.

SALDANHA, Clezio. *Introdução à gestão pública*. São Paulo: Saraiva, 2006.

SILVA, Arídio *et al.* *Sistemas de informação na administração pública*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

WREN, Daniel A. *Idéias de administração: o pensamento clássico*. São Paulo: Ática, 2007.

_____. *Idéias de administração: o pensamento moderno*. São Paulo: Ática, 2007.

MATEMÁTICA BÁSICA – 60 horas – 4 créditos

Conjuntos e Relações. Potenciação, Radiação, Logaritmo e Exponencial. Produtos Notáveis. Razão, Proporção e Porcentagem. Frações. Equações de 1º e 2º graus. Inequações de 1º grau. Aplicações.

Referências Básicas

LEITHOLD, Louis. *Matemática Aplicada à Economia e Administração*. São Paulo: Harbra, 1988.

BEZERRA, Manoel J.; PUTNOKI, José Carlos. *Novo Bezerra: Matemática (2º Grau)*. Volume Único. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1996.

Referências Complementares

WEBER, Jean E. *Matemática para Economia e Administração*. 2. ed. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1986.

ALENCAR FILHO Edgar de. *Teoria Elementar dos conjuntos*. 15. ed. São Paulo: Nobel, 1974.

SEMINÁRIO TEMÁTICO I – 30 horas – 2 créditos

O Seminário Temático I compreende o desenvolvimento de uma pesquisa e um diagnóstico acerca do tema “Gestão Pública da Saúde”. Os discentes com apoio dos tutores e professores construirão um estudo prospectivo sobre o tema em instituições públicas ou privadas ou de políticas públicas diretamente relacionadas com respectivas realidades. No encontro presencial estes trabalhos serão apresentados e debatidos e avaliados pela equipe pedagógica do curso.

MÓDULO 3

CONTABILIDADE PÚBLICA – 60 horas – 4 créditos

Elementos de contabilidade geral. Contabilidade Pública: métodos e sistemas de escrituração. Receita e despesa pública. Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial. Demonstrações contábeis: balanços, variações patrimoniais, consolidação e prestação de contas. Lançamentos contábeis. Planificação contábil. Contabilização em empresas públicas. Campo de aplicação da contabilidade pública. Patrimônio público. Exercício financeiro. Aspectos fundamentais. Relatórios RREO e RGF.

Referências Básicas

MOTA, Francisco Glauber Lima. *Contabilidade Aplicada ao Setor Público*. Brasília: autor-editor, 2009.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. *Contabilidade Pública: uma Abordagem da Administração Financeira Pública*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Referências Complementares

ANGELICO, João. *Contabilidade Pública*. São Paulo: Atlas, 1994.

CRUZ, Flavio da *et al.* *Comentários à Lei nº 4.320: normas gerais de direito financeiro, orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal*. São Paulo, Atlas: 2008.

GIACOMONI, James. *Orçamento Público*. São Paulo, Atlas, 2007.

- KOHAMA, Helio. *Contabilidade Pública: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2006.
- MACHADO Jr., J. Teixeira. *A Lei 4.320 comentada*. Rio de Janeiro: IBAM, 1998.
- SILVA, Lino Martins. *Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo*. São Paulo: Atlas, 2004.
- SLOMSKI, Valmor. *Manual de Contabilidade Pública: um enfoque na contabilidade municipal*. São Paulo: Atlas, 2003.

ECONOMIA BRASILEIRA – 60 horas – 4 créditos

Evolução histórica da economia brasileira no período republicano. A evolução recente da economia no Brasil: agricultura e indústria; comércio exterior; inflação; relações intersetoriais e regionais. Temas emergentes na economia brasileira e a atualidade: o problema da distribuição de renda e indicadores socioeconômicos; desemprego e informalidade; globalização, inserção periférica e acordos internacionais.

Referências Básicas

- REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Orgs.). *Economia brasileira*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GREMAUD, Amaury Patrick; TONETO JÚNIOR, Rudinei. *Economia brasileira contemporânea*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Referências Complementares

- ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica Republicana (1889-1989)*. 15. tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André (Orgs.). *Economia brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997.
- WERNER, Baer. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 2002.

INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO – 60 horas – 4 créditos

Noções de Direito; Norma jurídica e outras normas sociais. Direito público e direito privado. Subdivisões. Fontes do direito. Conceito de Estado, sua origem e formação; Elementos de Estado: Estado de direito, Estado Social de Direito e Estado Democrático de Direito; Poder e funções do Estado; Formas de Estado, formas de Governo e sistemas de Governo. Conceito de Constituição; classificação e poder constituinte; Supremacia da Constituição e controle de constitucionalidade; As Constituições brasileiras. A constituição vigente. Organização do Estado Brasileiro: Forma de Estado, forma de Governo e sistema de Governo; Poder legislativo: função, organização, garantias; Poder Judiciário: funções, organização, garantias. Poder Executivo: funções, organização, atribuições e responsabilidade. Conceito de Administração pública; Princípios; Organização administrativa. Administração Direta e indireta; Servidores públicos. Direitos e Garantias Individuais; Direitos fundamentais do Homem.

Referências Básicas

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009.

LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. São Paulo: Saraiva, 2009.

Referências Complementares

BONAVIDES, Paulo. *Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Malheiros, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 2009.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2009.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 2009.

SOCIOLOGIA ORGANIZACIONAL – 60 horas – 4 créditos

A Sociologia e seu objeto de estudos. Conceitos básicos: relação social, estrutura e paradigmas de relacionamento, socialização e formação da cultura. Interação social: o indivíduo e a sociedade. Papel social, grupos e organização social. Organização formal

e organização informal. Atitudes, valores e comportamento nas organizações. Cultura organizacional: tipologia, características e planejamento de mudanças.

Referências Básicas

BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reinaldo C. *Sociologia aplicada à administração*. São Paulo: Saraiva, 2001.

DIAS, Reinaldo. *Sociologia das organizações*. São Paulo: Atlas, 2008.

Referências Complementares

CHANLAT, Jean-François. *O indivíduo na organização*. São Paulo: Atlas, 1992.

HERSEY, Paul P.; BLANCHARD, Kenneth H. *Psicologia para administradores: a teoria e as técnicas da liderança situacional*. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária, 1986.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de Andrade. *Sociologia geral*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LANER, Aline; CRUZ JUNIOR João Benajamim. *Repensando as organizações*. Florianópolis: Fundação José Boiteux, 2004.

STONER, James A. F. *Administração*. 2. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – 60 horas – 4 créditos

O estado, o governo e a sociedade. Evolução da administração pública brasileira: patrimonialismo, burocracia e gerencialismo. Contexto contemporâneo da atuação do Estado. Governabilidade, governança e descentralização do poder. Estrutura e função da administração pública. Eficiência, eficácia e efetividade na administração pública. Reformas administrativas e programas de desburocratização: DASP, Decreto-Lei nº 200/67; Constituição de 1988 e Emenda Constitucional nº 19/98. Considerações sobre o novo papel do Estado e da administração pública. A reforma de Estado e da administração pública: experiências inglesa, americana e brasileira. Representação e participação: gestão pública e privada. *Accountability* e *Responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados.

Referências Básicas

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (Org.). *Reforma do estado e da administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Referências Complementares

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: reestruturação do estado e perda dos direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

JUNQUILHO, Gelson Silva. Gestão e ação gerencial nas organizações contemporâneas: para além do “folclore” e o “fato”. *Revista Gestão & Produção*, São Carlos, v. 8, n. 3, p. 304-318, Dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v8n3/v8n3a07.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. *Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais*. São Paulo: Atlas, 2008.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. *O que é burocracia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. *Por uma nova gestão pública: limites e possibilidades da experiência contemporânea*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

REDAÇÃO OFICIAL – 60 horas – 4 créditos

Características do texto administrativo e a linguagem oficial aplicadas na produção de documentos e correspondências oficiais e empresariais.

Referências Básicas

BRASIL. Presidência da República. *Manual de redação da Presidência da República*. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002.

BRASIL. Congresso Nacional – Câmara dos Deputados. *Manual de Redação*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

Referências Complementares

BLIKSTEIN, Izidoro. *Técnicas de comunicação escrita*. 12. ed. São Paulo: Ática, 1995.

FLORES, Lúcia Locatelli. *Redação oficial*. 3 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

GOLD, Mirian. *Redação empresarial: escrevendo com sucesso na era da globalização*. 3. ed. São Paulo: Pearson Pretice Hall, 2005.

MEDEIROS, João Bosco. *Correspondência: técnicas de comunicação criativa*. 13 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Administração. Diretoria de Patrimônio e documentação. *Padronização e redação dos atos oficiais*. 2 ed. rev. e atual. Florianópolis: SEA, 2003.

SEMINÁRIO TEMÁTICO II – 30 horas – 2 créditos

O Seminário Temático II compreende o desenvolvimento de uma pesquisa e um diagnóstico acerca do tema “Gestão Municipal”. Os discentes com apoio dos tutores e professores construirão um estudo prospectivo sobre o tema em instituições públicas ou privadas ou de políticas públicas diretamente relacionadas com respectivas realidades. No encontro presencial estes trabalhos serão apresentados e debatidos e avaliados pela equipe pedagógica do curso.

MÓDULO 4

DIREITO ADMINISTRATIVO – 60 horas – 4 créditos

Conceito. Campo de Aplicação. Objeto do Direito. Sujeito direito. Pessoas jurídicas e administrativas. Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública. Autarquias. Sociedades de economia mista. Empresas públicas. Fundações. Função pública e bens públicos. Relação de Direito Administrativo. Regime Jurídico-Administrativo. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Organização Administrativa. Órgãos Administrativos. Atos Administrativos. Noções Gerais sobre Procedimento Administrativo. Licitação. Contratos Administrativos. Domínio público. Intervenção na propriedade. Responsabilidade civil da administração pública. Crimes contra a administração pública.

Referências Básicas

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. São Paulo: Atlas, 2009.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2009.

Referências Complementares

ANTUNES ROCHA, Cármen Lúcia. *Princípios constitucionais dos servidores públicos*. São Paulo: Saraiva, 1999.

CRETELLA JÚNIOR, José. *Curso de direito administrativo*. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de direito administrativo*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MEDAUAR, Odete. *Direito administrativo moderno*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 2005.

ESTATÍSTICA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO – 60 horas – 4 créditos

Fases do método estatístico. Dados brutos e derivados. Medidas de tendência central, separatrizes, medidas de dispersão. Probabilidade. Distribuições discretas e contínuas. Amostras e populações. Testes de hipóteses.

Referências Básicas

BRUNI, Adriano Leal. *Estatística aplicada a gestão empresarial*. São Paulo. Editora Atlas, 2007.

MCCLAVE, James T.; BENSON, P. George; SINCICH, Terry. *Estatística para administração e economia*. Traduzido por Fabrício Pereira Soares e Fernando Sampaio Filho. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

Referências Complementares

BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. *Estatística básica*. São Paulo: Editora Atual, 2002.

COSTA NETO, Pedro L. de Oliveira. *Estatística*. São Paulo: Edgard Blucher, 2002.

LARSON, Ron; FARBER, Bruce H. *Estatística aplicada*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

LEVINE, David. M.; BERENSON, Mark L.; STEPHAN, David. *Estatística: teoria e aplicações (usando o Microsoft Excel em português)*. Rio de Janeiro: LTC editora, 2000.

PEDROSA, Antônio Carvalho; GAMA, Silvério M. A. *Introdução computacional à probabilidade e estatística*. Porto Editora, 2004.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO SETOR PÚBLICO – 60 horas – 4 créditos

Fundamentos de sistemas, processos e informações; Tecnologia e sistemas de informações aplicações no setor público e privado; Gestão de tecnologia da informação no setor público; Planejamento Estratégico e Tecnologia da Informação; Governo Eletrônico; Governança Tecnológica; Padrões de Sistemas de Informação e Políticas Públicas.

Referências Básicas

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. *Gerenciamento de sistemas de informação*. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

STAIR, Ralph M. *Sistemas de informação: uma abordagem gerencial*. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

Referências Complementares

BOAR, Bernard. *Tecnologia da informação: a arte do planejamento estratégico*. 2. ed. São Paulo: Berkeley, 2002.

CASSARRO, Antonio Carlos. *Sistema de informações para tomada de decisões*. São Paulo: Pioneira, 1999.

LAURINDO, Fernando. *Tecnologia da informação: eficácia das organizações*. São Paulo: Futura, 2003.

O'BRIEN, James A. *Sistemas de Informação e as decisões gerenciais na era da Internet*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

TEORIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS – 60 horas – 4 créditos

Finanças públicas: teorias, conceitos, evolução. Finanças públicas no Brasil. Instituições financeiras brasileiras. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas: tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, déficits e dívida pública. Renúncia de receita. Política fiscal e distribuição de renda. O problema previdenciário no Brasil. Reforma tributária e federalismo fiscal.

Referências Básicas

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. *Finanças Públicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

REZENDE, Fernando. *Finanças Públicas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Referências Complementares

MANKIW, N. Gregory. *Introdução à Economia*. São Paulo: Thompson Pioneira, 2005.

RIANI, Flávio. *Economia do Setor Público*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E TOMADA DE DECISÃO – 60 horas – 4 créditos

Organização e reorganização. Organogramas. Aproveitamento racional do espaço físico. Processos: fluxogramas e otimização. Condicionantes e componentes da estrutura organizacional: autoridade, responsabilidade e comunicação; estratégia, tecnologia, ambiente, pessoas e objetivos. Departamentalização. Centralização e Descentralização. Métodos e instrumentos de modernização de estruturas, sistemas e processos das organizações. Estruturas alternativas; tendências atuais. A função decisão no contexto da Administração. Administração como um processo de tomada de decisões empresarial: análise estratégica, alocação e mobilização dos recursos, especificações e desempenho. Tipos de decisão. Métodos e processos de tomada de decisão. Instrumentos para a tomada de decisão.

Referências Básicas

D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. *Organização, sistemas e métodos*. São Paulo: Atlas, 2001.

GOMES, Luiz Flávio Autran Monteiro; GOMES, Carlos Francisco Simões; ALMEIDA, Adiel Teixeira. *Tomada de decisão gerencial: enfoque multicritério*. São Paulo: Atlas, 2002.

Referências Complementares

ARAÚJO. *Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional*. Vol. I. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. *Organização, sistemas e métodos*. Vol. II. São Paulo: Atlas, 2006.

MOTTA, Fernando Prestes; VASCONCELOS, Isabella Gouveia. *Teoria geral da administração*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

PEREIRA, Maria José Lara de Bretas; FONSECA, João Gabriel Marques. *Faces da decisão: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão*. São Paulo: Makron Books, 1997.

RAMOS, Guerreiro Alberto. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

SIMON, Herbert Alexander. *Comportamento administrativo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1970.

INFORMÁTICA PARA ADMINISTRADORES – 60 horas – 4 créditos

Estrutura de computadores. Softwares. Aplicativos: processadores de textos, planilha eletrônica e apresentação de slides. Sistemas Computacionais: características, noções de modelagem de dados. Bancos de dados. Internet e páginas web. Correio Eletrônico: uso corporativo, atividades em grupo.

Referências Básicas

NORTON, Peter. *Introdução à informática*. São Paulo: Pearson Makron Books, 1996.

STAIR, Ralph M. *Princípios de Sistemas de Informação: uma abordagem gerencial*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1998.

Referências Complementares

GORDON, Steven R.; GORDON, Judith R. *Sistemas de informação: uma abordagem gerencial*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2006.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. *Sistemas de informação com Internet*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1999.

O'BRIEN, James A. *Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da Internet*. São Paulo: Saraiva, 2003.

REBOUÇAS DE OLIVEIRA, Djalma de Pinho. *Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas, operacionais*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TURBAN, Efraim; RAINER Jr., R. Kelly, POTTER, Richard E. *Administração de tecnologia da informação*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SEMINÁRIO TEMÁTICO III – 30 horas – 2 créditos

O Seminário Temático III compreende o desenvolvimento de uma pesquisa e um diagnóstico acerca do tema “Gestão Governamental”. Os discentes com apoio dos tutores e professores construirão um estudo prospectivo sobre o tema em instituições públicas ou privadas ou de políticas públicas diretamente relacionadas com respectivas realidades. No encontro presencial estes trabalhos serão apresentados e debatidos e avaliados pela equipe pedagógica do curso.

MÓDULO 5

GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA I – 60 horas – 4 créditos

Evolução e conceitos de logística e de administração de materiais. Previsão da demanda interna de bens e serviços. Estudo do gerenciamento da administração de recursos materiais, como função básica de administração. Gestão de transportes. Gestão de estoques e materiais. Gestão de compras. Gestão de fornecedores (contratos). Administração de Patrimônio.

Referências Básicas

BALLOU, Ronald H.. *Logística Empresarial*. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. *Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos*. 6. ed. São Paulo: Bookman, 2006.

Referências Complementares

FRANCISCHINI, Paulino, G.; GURGEL, Floriano do Amaral. *Administração de Materiais e do Patrimônio*. São Paulo: Thomson/Pioneira, 2004.

KEEDI, Samir. *Transportes, Unitização e Seguros Internacionais de Carga*. São Paulo: Aduaneiras, 2006.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. *Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais*. São Paulo: Saraiva, 2003.

POZO, Hamilton. *Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: uma abordagem logística*. São Paulo: Atlas, 2007.

VIANA, João, J. *Administração de Materiais: um enfoque prático*, São Paulo: Atlas, 2008.

GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO – 60 horas – 4 créditos

Evolução da gestão de pessoas. Conceitos da gestão de pessoas. Processos de gestão de pessoas. Planejamento estratégico de pessoas. Gestão de equipes, gestão por competências e gestão do conhecimento. Gestão de pessoas no setor público: teoria e prática. Admissão e dispensa de servidores públicos. Cargos e salários. Programas de incentivos e benefícios. Prêmios e recompensas. Desenvolvimento de pessoas. Políticas de desenvolvimento de servidores. Carreiras: estruturação de cargos e funções no setor público. Avaliação de desempenho individual. Sistemas de informações gerenciais na gestão de pessoas. Higiene e segurança no trabalho. Qualidade de vida no trabalho.

Gestão de pessoas no contexto da organização moderna. Tendências da área de gestão de pessoas no serviço público.

Referências Básicas

LIMA, Paulo Daniel Barreto. *A excelência em Gestão Pública*. Rio de Janeiro: QualityMark, 2007.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. *Práticas de recursos humanos – PRH: conceitos, fundamentos e procedimentos*. São Paulo: Atlas, 2007.

Referências Complementares

ARAÚJO, Luís Cesar G. *Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional*. São Paulo: Atlas, 2006.

BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur. *Administração de recursos humanos*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DEMO, Gisela. *Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional*. São Paulo: Atlas, 2008.

SENGE, Peter M. *A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem*. São Paulo: Best Seller, 1990.

ZARIFIAN, Philippe. *Objetivo competência: por uma nova lógica*. São Paulo: Atlas, 2001.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E COMERCIAL – 60 horas – 4 créditos

Envolve conceitos sobre Direito Empresarial e sua evolução. Pessoas Físicas e jurídicas. Atos e fatos jurídicos. Empresário. Empresa. Estabelecimento Empresarial/Comercial. Obrigações profissionais do Empresário/Comerciante. Sociedades Empresariais/Comerciais, sua constituição, modificação, extinção e liquidação. Contratos em geral. Títulos de crédito. Noções de falência e Recuperação Judicial. Envolve conceitos de Direito Tributário, tais como, conhecimento sobre ramos do Direito Público, com ênfase no ramo do Direito Tributário. Estudo das normas constitucionais relativas ao sistema tributário nacional e das normas gerais de Direito Tributário. Estudo e discussão da legislação tributária federal, estadual e municipal.

Referências Básicas

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. *Curso de Direito Empresarial*. 2. ed. São Paulo: Jus Podium, 2008.

TORRES, Ricardo Lobo. *Curso de Direito Financeiro e Tributário*. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

Referências Complementares

BORBA, José Edwaldo Tavares. *Direito societário*. 8. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

CARRAZZA, Roque Antonio. *Curso de direito constitucional tributário*. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de direito comercial*. Vol. 2, 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de direito tributário*. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

RESTIFFE, Paulo Sérgio. *Manual do novo direito comercial*. São Paulo: Dialética, 2006.

MATEMÁTICA FINANCEIRA E ANÁLISE DE INVESTIMENTO – 60 horas – 4 créditos

Capitalização simples e composta. Descontos simples e compostos. Equivalência de fluxos de caixa em regimes de capitalização simples e composta. Anuidades ou rendas. Sistemas de amortização. Inflação e correção monetária. Fluxos de caixa e análise de investimentos. Critérios econômicos de avaliação de projetos: taxa interna de retorno, valor presente líquido e índice de lucratividade.

Referências Básicas

ASSAF NETO, Alexandre. *Matemática Financeira e suas aplicações*. São Paulo: Atlas, 2008.

MATHIAS, Washington Franco; GOMES, José Maria. *Matemática Financeira*. São Paulo: Atlas, 2009.

Referências Complementares

ASSAF NETO; LIMA, Francisco Glauber. *Curso de administração financeira*. São Paulo: Atlas, 2008.

FARIA, Rogério Gomes. *Matemática Comercial e Financeira*. São Paulo: Ática, 2007.

FARO, Clóvis F. *Fundamentos de matemática financeira*. São Paulo: Saraiva, 2006.

PUCCINI, Abelardo Lima. *Matemática financeira objetiva e aplicada*. São Paulo: Saraiva, 2008.

PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – 60 horas – 4 créditos

Planejamento e políticas públicas. Teorias e modelos de planejamento governamental. Enfoque sistêmico e estratégico de planejamento. Métodos, técnicas/características e etapas Avaliação e acompanhamento como parte do processo de planejamento. Construção de indicadores de monitoramento e avaliação. Evolução do planejamento governamental no Brasil. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento. Planejamento governamental no Brasil contemporâneo: concepção, estrutura e sistema do PPA.

Referências Básicas

IANNI, Otávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MATUS, Carlos. *Adeus, senhor presidente: governantes governados*. São Paulo: FUNDAP, 1997.

Referências Complementares

CARVALHO, Horácio M. *Introdução à teoria do planejamento*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

FERREIRA, Francisco Whitaker. *Planejamento sim e não*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HUERTAS, Franco. *O método PES: entrevista com Matus*. São Paulo: FUNDAP, 1996.

LAFER, Betty M. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

MATUS, Carlos. *Estratégias políticas*. São Paulo: FUNDAP, 1996.

SEMINÁRIO TEMÁTICO I NA LFE I, LFE II ou LFE III – 30 horas – 2 créditos

No Módulo V, o estudante fará opção por uma das Linhas de Formação Específica que irá dirigir sua formação, elaborando, no Seminário Temático I da LFE, um projeto de pesquisa, a partir de um problema identificado na fase de diagnóstico e fundamentado na literatura estudada nos seminários.

Os Seminários Temáticos serão sempre precedidos de planejamento específico, podendo incluir modalidades diversas de trabalho: grupos de trabalho, oficinas,

conferências, palestras, etc. devendo ser acompanhados pelo alunado, tutores, professores e aberto ao público interessado em geral.

MÓDULO 6

ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA – 60 horas – 4 créditos

Evolução do pensamento estratégico. Administração Estratégica e Planejamento Estratégico. Vantagens e desvantagens do Processo de Planejamento Estratégico. Etapas do processo de Planejamento Estratégico na Administração Pública: implantação, controle e avaliação do processo de Planejamento Estratégico.

Referências Básicas

THOMPSON Jr., Arthur A.; STRICKLAND III, Alonzo J. *Planejamento estratégico: elaboração, implementação e execução*. São Paulo: Pioneira, 2000.

JOHNSON, Guerry; SCHOLLES, Kevan; WHITTINGTON, Richard. *Explorando a estratégia corporativa*. Porto Alegre: Bookman, 2007.

Referências Complementares

HITT, Michel A.; IRELAND, R. Duane.; HOSKISSON, Robert E. *Administração estratégica: competitividade e globalização*. São Paulo: Thompson, 2008.

ELABORAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS – 60 horas – 4 créditos

Planejamento e projeto: conceituação, Estruturas organizacionais voltadas para projeto. Habilidades de gerente de projetos. Equipes de projeto. Ciclos e fases do projeto: fluxo do processo. Definição do escopo do projeto. Identificação de restrições. Planejamento de recursos e estimativas. Definição dos controles de planejamento do projeto. Criação do plano de projeto. Avaliação e controle do desempenho do projeto. Planejamento, programa e controle de projetos e produtos especiais, produzidos sob encomenda. Métodos e técnicas utilizados na avaliação econômica e social de projetos. Avaliação do risco e do retorno dos projetos. Análise de custos futuros gerados pelo projeto. Aceleração de projetos. Organização geral. Aplicação de técnicas de Gantt, CPM, PERT/TEMPO e PERT/CUSTO. Uso de software para gerenciamento de projetos.

Referências Básicas

CLEMENTE, Ademir (Org.). *Projetos empresariais e públicos*. São Paulo: Atlas, 2002.

MAXIMIANO, Antônio Cesar A. *Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Referências Complementares

CARVALHO, Marly Monteiro; REBECHINI JUNIOR, Roque. *Gerenciamento de projetos na prática (casos brasileiros)*. São Paulo: Atlas, 2006.

CLEMENTS, James P.; GIDO, Jack. *Gestão de projetos*. São Paulo: Thomson, 2007.

CONTADOR, Cláudio R. *Projetos sociais: avaliação e prática*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MOURA, Dácio Guimarães; BARBOSA, Eduardo F. *Trabalhando com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

PMI. PMI-BOK – *Book of Knowledge*. Trad. Equipe PMI-MG. Belo Horizonte: PMI/MG, 2002.

GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA II – 60 horas – 4 créditos

Introdução a operações e à natureza do serviço. Operações de serviço. Sistemas e processos de serviço. Projeto e organização do posto de trabalho. Arranjo físico e fluxo. Localização de instalações. Gestão de filas. Gestão da capacidade e da demanda. Relacionamento com clientes e fornecedores. Melhoria operacional: produtividade, qualidade, garantia e recuperação de falhas. Planejamento e gestão da rede de operações e serviço.

Referências

ARNOLD Jr., Tony. *Administração de materiais: uma introdução*. São Paulo: Atlas, 1999.

JOHNSTON, Robert; CLARK, Graham. *Administração de Operações de Serviço*. São Paulo: Atlas, 2002.

FRITZSIMMONS, James A.; FRITZSIMMONS, Mona J. *Administração de Serviços*. Porto Alegre: Bookman, 1998.

SLACK. Nigel *et al.* *Administração da Produção*. São Paulo: Atlas, 2002.

ORÇAMENTO PÚBLICO – 60 horas – 4 créditos

Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). O ciclo orçamentário. Elaboração do orçamento: receita e despesa. Execução orçamentária e financeira: etapas da receita e da despesa. Créditos adicionais. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo.

Referências Básicas

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. *Gestão de Finanças Públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal*. 2. ed. Brasília: Editora Paulo Henrique Feijó, 2008.

GIACOMONI, James. *Orçamento público*. 11. ed. Amp. Rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2002.

Referências Complementares

CORE, Fabiano Garcia. Reformas orçamentárias no Brasil: uma trajetória de tradição e formalismo na alocação dos recursos públicos. *Anais do IX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Madrid, España, 2004. Disponível em: <<http://www.clad.org.ve/fulltext/0049604.pdf>>.

FREITAS, Mário S. N. *Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. Bahia Análise e Dados*. Salvador, 2003. Disponível em: <http://wi.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/financas/pag_09.pdf>.

GARCIA, Ronaldo C. *Subsídios para Organizar a Avaliações da Ação Governamental*. Brasília: IPEA, 2001. Disponível em: <www.preac.unicamp.br/arquivo/materiais/txt_apoio_ronaldo_garcia.pdf>.

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. *Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil: planejamento e políticas públicas*, 2003. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/ppp/pdf/ppp26.pdf#page=6>>. Acesso em: 9 abr. 2009.

SOUZA, Alexandre B. *Planejamento Governamental no Brasil*. Brasília: Departamento de Administração da Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/ar/rosa01/page16.html>>. Acesso em: 9 abr. 2009.

ELETIVA DA IPES I – 30 horas – 2 créditos

MARKETING GOVERNAMENTAL – 30 HORAS – 2 CRÉDITOS

Introdução ao Marketing: natureza, escopo e papel em organizações lucrativas e não lucrativas. planejamento estratégico de marketing governamental. ambiente econômico; social; legal; tecnológico, político e competitivo. Decisões e estratégias de Comunicação estratégicas aplicados às organizações públicas. Estratégias de Comunicação.

Referências Básicas

MATTELART, Armand e Michèle. *História das Teorias da Comunicação*. São Paulo. Edições Loyola, 1999.

REGO, Francisco Gaudêncio do. *Marketing político e governamental: um roteiro para campanhas políticas e estratégias de comunicação*. São Paulo. Summus, 1985.

TOMAZELI, Luiz Carlos. *Marketing Político*. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1988

Referências Complementares

ABRAMO, Cláudio. *A Regra do Jogo*. São Paulo. Companhia das Letras, 1988.

COBRA, Marcos. *Marketing Essencial. Conceitos, estratégias e controle*. São Paulo. Atlas, 1985.

HOLFELDT, Antônio. *Os estudos sobre a hipótese de agendamento*. Revista Famecos, Porto Alegre, n 7, 42-51, novembro. 1997.

KUNTZ, Ronald A. *Manual de campanha eleitoral: marketing político*. São Paulo, Global, 1986.

MANHANELLI, Carlos. *A Estratégias eleitorais: marketing político*. São Paulo. Summus, 1988.

KOTLER, Philip. *Marketing para as organizações que não visam lucro*. São Paulo: Atlas, 1978. P. 430.

KOTLER, Philip, ROBERTO, Eduardo L. *Marketing Social: estratégias para alterar o comportamento público*. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p 382.

VAZ, Gil Nuno. *Marketing Institucional*. São Paulo. São Paulo: Pioneira, 1995. P.360.

DRUCKER, Peter. *Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas*. São Paulo: Pioneira, 1995.

SEMINÁRIO TEMÁTICO II NA LFE I, LFEII ou LFEIII – 30 horas – 2 créditos

No Módulo VI, o estudante desenvolverá a pesquisa definida no Módulo V

Os Seminários Temáticos serão sempre precedidos de planejamento específico, podendo incluir modalidades diversas de trabalho: grupos de trabalho, oficinas, conferências, palestras, etc. devendo ser acompanhados pelo alunado, tutores, professores e aberto ao público interessado em geral.

MÓDULO 7

AUDITORIA E CONTROLADORIA – 60 horas – 4 créditos

Probidade administrativa. Princípios e sistema de controle na administração pública. Controle social e transparência no Brasil. Fiscalização orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado. Organização e funcionamento do controle externo e interno na administração pública Fluxo da gestão governamental (PPA, LDO, LOA). Conceitos de Auditoria Governamental. Tipos de Auditoria Governamental. Controles da Administração Pública. Elaboração de Relatório de Auditoria.

Referências Básicas

CRUZ, Flávio da. *Auditoria governamental*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LUNKES, Rogério João; SCHNORRENBURGER, Darcy. *Controladoria: na coordenação dos sistemas de gestão*. São Paulo: Atlas, 2009.

Referências Complementares

MACHADO, Marcus Vinícius Veras; PETER, Maria da Glória Arrais. *Manual de auditoria governamental*. São Paulo: Atlas, 2003

CRUZ, Flávio da; GLOCK, José Osvaldo. *Controle interno nos municípios*. 3. ed. São Paulo, Atlas, 2006.

SLOMSKY, Valmor. *Controladoria e governança na gestão pública*. São Paulo: Atlas, 2005.

SANTOS, Gerson dos. *Manual de administração patrimonial*. Florianópolis: Papalivro, 2003.

SILVA, Lino Martins da. *Contabilidade governamental*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GESTÃO DA REGULAÇÃO – 30 horas – 2 créditos

Direito e Economia da Regulação e da Concorrência; O Poder Regulatório do Estado e Concessão de Serviços Públicos; Políticas e Estrutura da Regulação no Brasil; Defesa do Consumidor; Defesa da Concorrência. O marco regulatório brasileiro: legislação, órgãos e entidades (nacionais, estaduais e municipais).

Referências Básicas

PINDICK, Robert. S.; RUBINFELD, Daniel L. *Microeconomia*. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

MOLL, Luiza Helena. *Agências de regulação do mercado*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

Referências Complementares

ARAGÃO, Alexandre Santos de. *A organização e controle social das agências reguladoras: crítica aos anteprojetos de lei*. Porto Alegre: ABAR, 2004.

CAMARGO, Ricardo A. L. *Agências de regulação no ordenamento jurídico-econômico brasileiro*. Porto Alegre: Fabris, 2000.

SALGADO, Lucia H. *A economia política da ação antitruste*. São Paulo: Singular, 1997.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. *Direito, Economia e mercados*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Cap. 6 – Regulação dos Serviços Públicos.

NEGOCIAÇÃO E ARBITRAGEM – 60 horas – 4 créditos

Mediação e arbitragem: o marco regulatório brasileiro. Negociação: conceitos e princípios; o conflito; o negociador; o objeto; o lugar; os modelos e estilos; desenvolvimento da negociação; feedback. Arbitragem: retrospectiva histórica e o momento atual; conceito; a convenção e os tipos de arbitragem; o árbitro; a sentença arbitral.

Referências Básicas

CARMONA, Carlos A. *Arbitragem e processo: um comentário à Lei nº 9.307/96*. São Paulo: Atlas, 2004.

MARTINELLI, Dante P.; GHISI, Flávia A. *Negociação: aplicações práticas de uma abordagem sistêmica*. São Paulo: Saraiva, 2006.

Referências Complementares

BURBRIDGE, R. Marc *et al.* *Gestão de negociação*. São Paulo: Saraiva, 2005.

CARVALHAL, Eugênio do *et al.* *Negociação e administração de conflitos*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FALJONE, Ademar. *Negociações sindicais: como negociar em tempos de globalização*. São Paulo: Makron Books, 1998.

HIRATA, Renato H. *Estilos de negociação*. São Paulo: Saraiva, 2007.

MAGRO, Maíra; BAETA, Zínia. *Guia valor econômico de arbitragem*. Rio de Janeiro: Globo, 2004.

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – 60 horas – 4 créditos

História da tecnologia. Conceitos fundamentais: ciência, tecnologia e inovação. Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação. Principais condicionantes do processo de inovação tecnológica. Gestão da inovação tecnológica. Avaliação de projetos de P&D. Financiamento para a inovação no Brasil. Tecnologias convencionais e tecnologias sociais. Novas tecnologias e suas implicações sociais. As TICs em foco.

Referências Básicas

CORAL, Eliza; OGLIARI, André; ABREU, Aline França de (Orgs.). *Gestão integrada da inovação: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos*. São Paulo: Atlas, 2008.

TIGRE, Paulo Bastos. *Gestão da Inovação: a economia da tecnologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

Referências Complementares

BRUNO, Lúcia (Org.) *Organização, trabalho e tecnologia*. São Paulo: Atlas, 1986.

LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe (Orgs.). *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

TARAPANOFF, Kira (Org.) *Inteligência organizacional e competitiva*. Brasília: Editora UNB, 2001.

WARSCHAUER, Mark. *Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate*. São Paulo: Editora Senac, 2006.

ELETIVA DA IPES II – 60 horas – 4 créditos

Empreendedorismo Governamental

Fundamentos do Empreendedorismo – definição e origem; migração do Estado patrimonialista ao Estado empreendedor; empreendedorismo privado x público; razões do empreendedorismo. Gestão Empreendedora – análise de cenários; identificação de oportunidades; o ciclo orçamentário e as proposições de ações; casos de sucesso; gestão por resultados; Perfil e Comportamento Empreendedor – síndromes, mitos, características, habilidade inata ou comportamento aprendido, empreendedor e intraempreendedor, e empreendedor estratégico.

Referências Básicas

GERBER, Michael E. *Empreender Fazendo a Diferença*. São Paulo: Fundamento, 2004.

REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. *Planejamento Estratégico Municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, Prefeituras e Organizações Públicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

Referências Complementares

ARMANI, Domingos. *Como elaborar projetos? Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.

BANDEIRA, Cynthia. *Aprender a Empreender*. Juiz de Fora: Esdeva, 2006.

HERMANN, Ingo Louis. *Empreendedorismo e Estratégia*. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2005.

MINTZBERG, Henry. AHLSTRAND, Bruce. LAMPEL, Joseph. *Safári de estratégia*. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SOLONCA, Davi. *Gestão por Resultados na Administração Pública*. 2. ed. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2007.

SEMINÁRIO TEMÁTICO III NA LFE I, LFE II ou LFE III – 30 horas – 2 créditos

No Módulo VII, o estudante desenvolverá a pesquisa definida no Módulo V e iniciada no módulo VI.

Os Seminários Temáticos serão sempre precedidos de planejamento específico, podendo incluir modalidades diversas de trabalho: grupos de trabalho, oficinas,

conferências, palestras, etc. devendo ser acompanhados pelo alunado, tutores, professores e aberto ao público interessado em geral.

MÓDULO 8

GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE – 60 horas – 4 créditos

A evolução da gestão ambiental; as políticas de comando e controle; conceitos e propostas para um desenvolvimento sustentável; a evolução da legislação ambiental; o novo papel dos Municípios, dos Estados e da União na gestão ambiental pública; o setor público como cliente e seu poder de compra; a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); o desenvolvimento regional sustentável; as políticas do governo brasileiro frente aos acordos internacionais de proteção ambiental

Referências Básicas

MENEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson; SATTERTHWAITTE, David. *Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

NASCIMENTO, Luís Felipe; LEMOS, Ângela Denise Cunha; MELLO, Maria Celina Abreu. *Gestão Socioambiental Estratégica*. Porto Alegre: Editora Bookman, 2008.

Referências Complementares

BIDERMAN, Rachel *et al.* *Guia de compras públicas sustentáveis: uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/guia_compras_sustentaveis.pdf. Acesso em: 12 mar. 2009.

BUARQUE, Sergio C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Gramond, 2002.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. *Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios*. Campinas: Papirus, 2003.

HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS L. Hunter. *Capitalismo Natural: criando a próxima Revolução Industrial*. São Paulo: Cultrix, 1999.

QUINTAS, José Silva. *Introdução à Gestão Ambiental Pública*. Coleção Meio Ambiente – Série Educação Ambiental. IBAMA, Brasília, 2002.

POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE – 60 horas – 4 créditos

Introdução ao estudo das políticas públicas. Conceitos fundamentais: políticas públicas, público e privado, público e estatal, público e governamental. Estado, mercado e esfera pública. O Estado de Bem-estar Social, a formação da cidadania moderna e o desenvolvimento da democracia. Histórico do Estado de Bem-estar Social. Tipologias de Estados de Bem-estar Social. A formação da Agenda Pública. A questão da decisão e da não-decisão. Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos políticos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. Implementação e avaliação das políticas públicas. Tendências das políticas públicas no início do Século XXI. Liberalismo, social democracia e políticas públicas. O efeito da globalização para as políticas públicas. A participação da sociedade na decisão e acompanhamento da execução das políticas públicas: a gestão democrática.

Referências Básicas

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane. (Orgs). *Políticas Públicas*. Coletânea. Brasília: ENAP, vol. 2. 2006. Disponível em: <www.enap.gov.br>. Acesso em: 9 abr. 2009.

Referências Complementares

DAGNINO, Eveline. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LUBAMBO, Cátia W.; COÊLHO, Denilson B.; MELO, Marcus André. (org.). *Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2005.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS – 60 horas – 4 créditos

Analisar as relações internacionais no período contemporâneo e verificar como se encontra estruturado o sistema internacional. Temas como a globalização, a regionalização, a interdependência e aqueles que têm ocupado a agenda dos governos nos anos de 1990, tais como as organizações internacionais e não-governamentais, o meio ambiente, os direitos humanos, os conflitos étnicos e religiosos, os nacionalismos e o terrorismo.

Referências Básicas

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. *O que são relações internacionais*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SEITENFUS, Ricardo. *Manual das organizações internacionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

Referências Complementares

PASSETTI, Edson; OLIVEIRA, Salette (orgs.). *Terrorismos*. São Paulo: Educ, 2006.

RESENDE, Paulo-Edgar; DOWBOR, Laislau; IANNI, Octavio (orgs.). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 2002.

ROMÃO, Wagner; XAVIER, Marcos; RODRIGUES, Gilberto (orgs.). *Cidades em relações internacionais*. São Paulo: Desatino, 2009.

VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luis Eduardo; MARIANO, Marcelo (orgs.). *Dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: Unesp/Educ, 2004.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações exteriores do Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

ELETIVA DA IPES III – 60 horas – 4 créditos

Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública

Conceito, gênese e tipos de redes, modelos de gestão e estruturas de redes públicas. Redes federativas e redes públicas de cooperação, redes comunitárias. Complementaridade e Supletividade nas redes híbridas.

Referências Básicas

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. (Orgs.) *Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, Willian (Org.). *Governar em rede: o novo formato do setor público*. São Paulo: Editora Unesp, 2006. (Esta é uma publicação da ENAP).

Referências Complementares

CRUZ, Junior Alisson Westarb; MARTINS, Tomas Sparano; AUGUSTO, Paulo Otávio Mussi (Orgs.). *Redes Sociais e Organizacionais em Administração*. Curitiba: Juruá, 2008.

CRUZIO, Helnon de Oliveira. *Cooperativas em redes de autogestão do conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FLEURY, Sonia; OUVÉNEY, Assis M. *Gestão de Redes: a estratégia de regionalização da política de saúde*, Rio de Janeiro: FGV, 2007.

NETO, João Amato. *Redes Entre Organizações*. São Paulo: Atlas, 2001.

SCHLITTLER, Célia Regina Belizia. *Redes de Desenvolvimento Comunitário: Iniciativas para a transformação social*. São Paulo: Global Editora, 2004.

SEMINÁRIO TEMÁTICO IV NA LFE I, LFE II ou LFE III – 30 horas – 2 créditos

No Módulo VIII, o estudante apresentará o relatório final em formato de TCC.

Os Seminários Temáticos serão sempre precedidos de planejamento específico, podendo incluir modalidades diversas de trabalho: grupos de trabalho, oficinas, conferências, palestras, etc. devendo ser acompanhados pelo alunado, tutores, professores e aberto ao público interessado em geral.

ANEXO 3 – CORPO DOCENTE QUE PARTICIPA DO CURSO

	DISCIPLINA	DOCENTE	FORMAÇÃO	TITULAÇÃO	DEDICAÇÃO
1	Administração Estratégica	Jânio Caetano de Abreu	Administração	Doutor	DE
2	Auditoria e Controladoria	Pablo Luiz Martins	Ciências Contábeis	Mestre	DE
3	Ciência Política	Benedito Anselmo M. Oliveira	Administração	Doutor	DE
4	Contabilidade Geral	Reinaldo Aparecida Fonseca	Ciências Contábeis	Mestre	DE
5	Contabilidade Pública	Reinaldo Aparecida Fonseca	Ciências Contábeis	Mestre	DE
6	Direito Administrativo	Valéria Peçanha V. de Gussen	Direito	Mestre	DE
7	Economia Brasileira	Reinaldo Aparecida Fonseca	Ciências Contábeis	Mestre	DE
8	Elaboração e Gestão de Projetos	Fabricio Molica de Mendonça	Administração	Doutor	DE
9	Eletiva I Marketing Governamental	Geraldo Magela de Carvalho	Administração	Mestre	DE
10	Eletiva II Empreendedorismo Governamental	José Roberto de S. Francisco	Administração	Mestre	DE
11	Eletiva III Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública	Jânio Caetano de Abreu	Administração	Doutor	DE
12	Estatística Aplicada à Administração	Rejane Corrêa da Rocha	Matemática	Mestre	DE
13	Filosofia e Ética	José Roberto de S. Francisco	Administração	Mestre	DE
14	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	Sálvio de Macedo Silva	Administração	Doutor	DE
15	Gestão da Regulação	Reinaldo Aparecida Fonseca	Ciências Contábeis	Mestre	DE
16	Gestão de Operações e Logística I	Sálvio de Macedo Silva	Administração	Doutor	DE
17	Gestão de Operações e Logística II	Sálvio de Macedo Silva	Administração	Doutor	DE
18	Gestão de Pessoas no Setor Público	Pablo Luiz Martins	Ciências Contábeis	Mestre	DE
19	Informática para Administradores	Murilo Haddad	Engenharia	Especialista	DE
20	Instituições de Direito Público e Privado	Valéria Peçanha V. de Gussen	Direito	Mestre	DE
21	Introdução à Economia	Fabricio Molica de Mendonça	Administração	Doutor	DE

22	Legislação Tributária e Comercial	Reinaldo Aparecida Fonseca	Ciências Contábeis	Mestre	DE
23	Macroeconomia	Reinaldo Aparecida Fonseca	Ciências Contábeis	Mestre	DE
24	Matemática Financeira e Análise de Investimentos	Fabricio Molica de Mendonça	Administração	Doutor	DE
25	Matemática para Administradores	Rejane Corrêa da Rocha	Matemática	Mestre	DE
26	Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	Denise Carneiro R. Bernardo	Ciências Contábeis	Mestre	DE
27	Negociação e Arbitragem	Reinaldo Aparecida Fonseca	Ciências Contábeis	Mestre	DE
28	Orçamento Público	Caroline Miriã Fontes Martins	Ciências Contábeis	Mestre	DE
29	Planejamento e Programação na Adm. Pública	Caroline Miriã Fontes Martins	Ciências Contábeis	Mestre	DE
30	Políticas Públicas e Sociedade	Benedito Anselmo M. Oliveira	Administração	Doutor	DE
31	Organização, Processos e Tomada Decisão	Geraldo Magela de Carvalho	Administração	Mestre	DE
32	Psicologia Organizacional	Sandra Silva Rocha	Psicologia	Mestre	Aposentada
33	Redação Oficial	Geraldo Magela de Carvalho	Administração	Mestre	DE
34	Relações Internacionais	Caroline Miriã Fontes Martins	Ciências Contábeis	Mestre	DE
35	Seminário Integrador	Sálvio de Macedo Silva	Administração	Doutor	DE
36	Seminário Temático I	Eduardo Luiz Mendonça Martins	Medicina	Especialista	DE
37	Seminário Temático II	Maria do Carmo Santos Neta	Economia	Doutor	DE
38	Seminário Temático III	Maria do Carmo Santos Neta	Economia	Doutor	DE
39	Seminário Temático I na LFE I / LFE II/ LFE III	Maria do Carmo Santos Neta	Economia	Doutor	DE
40	Seminário Temático II na LFE I / LFE II/ LFE III	Maria do Carmo Santos Neta	Economia	Doutor	DE
41	Seminário Temático III na LFE I / LFE II/ LFE III	Maria do Carmo Santos Neta	Economia	Doutor	DE
42	Seminário Temático IV na LFE I / LFE II/ LFE III	Maria do Carmo Santos Neta	Economia	Doutor	DE
43	Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público	Denise Carneiro R. Bernardo	Ciências Contábeis	Mestre	DE
44	Sociologia Organizacional	Bezamat de Souza Neto	Engenharia	Doutor	DE
45	Tecnologia e Inovação	Bezamat de Souza Neto	Engenharia	Doutor	DE
46	Teoria das Finanças	Denise Carneiro R.	Ciências	Mestre	DE

	Públicas	Bernardo	Contábeis		
47	Teorias da Administração I	Fernando Pacheco Cortez	Agronomia	Doutor	DE
48	Teorias da Administração II	Fernando Pacheco Cortez	Agronomia	Doutor	DE
49	Teorias da Administração Pública	José Roberto de S. Francisco	Administração	Mestre	DE

ANEXO 4 – REGIMENTO DE ESTÁGIO

RESOLUÇÃO No 030, de 20 de dezembro de 2007.

Fixa normas sobre o oferecimento de Estágio Supervisionado, Monografia, outras formas de Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – UFSJ, no uso de suas atribuições, e na forma do que dispõe o art. 24, incisos II, III, VII e XII; o art. 15, inciso V e o art. 55 do Estatuto aprovado pela Portaria/MEC no 2.684, de 25 de setembro de 2003 – DOU de 26 de setembro de 2003, e considerando o Parecer nº 033, de 20/12/2007, deste mesmo Conselho;

RESOLVE:

Art. 1º As Unidades Curriculares Estágio Supervisionado, Monografia, outras formas de Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares são apresentadas no quadro semestral de oferecimento das unidades curriculares.

Parágrafo único. É obrigatória a inscrição semestral para o aluno cujo Estágio Supervisionado, Monografia, outras formas de Trabalho de Conclusão e Atividades Complementares constituir a última atividade para integralização do curso.

Art. 2º A inscrição em Estágio Supervisionado, Monografia, outras formas de Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares, via requerimento, deve ser feito diretamente na Divisão de Acompanhamento e Controle Acadêmico – DICON.

§ 1º A DICON encaminha os requerimentos à Coordenadoria de Curso para análise e parecer.

§ 2º Ao término do Estágio Supervisionado, Monografia, outras formas de Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares, atendidos os critérios de avaliação definidos pelo Colegiado do Curso e a carga horária estabelecida na Estrutura Curricular, a Coordenadoria comunica formalmente seu resultado à DICON, na forma do Art. 65 do Regimento Geral.

Art. 3º No caso de o Estágio Supervisionado, Monografia, outras formas de Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares constituir a última exigência para integralização do curso, é permitido ao aluno requerer sua inscrição por, no máximo, dois períodos letivos.

CONEP – UFSJ Parecer No 033/2007

Aprovado em 20/12/2007

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revoga-se a Resolução/CONAC nº 004, de 25 de junho de 1997.

São João del-Rei, 20 de dezembro de 2007.

Prof. HELVÉCIO LUIZ REIS

Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

Publicada nos quadros da UFSJ em 21/12/07

ANEXO 5 – DISCIPLINAS ELETIVAS

Nº	Disciplina
01	Modelagem e Simulação
02	Marketing Governamental
03	Jogos Organizacionais para o Setor Público
04	Controle Interno
05	Comércio Internacional
06	Fontes de Financiamento Público
07	Direito Internacional
08	Responsabilidade Social e Terceiro Setor
09	Direito do Consumidor
10	Gestão de Cooperativas
11	Gestão de Vigilância Sanitária

Obs.: A carga horária das disciplinas eletivas poderá ser de 30h/a ou 60h/a conforme a carga horária de atividades práticas e o período em que for ofertada.